



**BANCO DA PROVIDÊNCIA
PROJETO AGÊNCIA DA CIDADANIA**

**Mariana Leiras
Maria Augusta da Silva Tavares
Terezinha Nascimento**

**As Potencialidades do Egresso do Sistema Penitenciário: para além
do mercado, a formação para a vida**

**Assessoria: Programa de Estudos do Trabalho e Reprodução
Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PETRES/UERJ)**

Coordenadora do PETRES: Profa. Dra. Rose Serra

Apoio Técnico: AS. Doutoranda Maria Augusta da Silva Tavares

**Rio de Janeiro
Janeiro/2013**

Ao João, Paulo, Cláudia, Marcos, Tânia e Henrique, reconhecendo o valor de vocês que um dia tiveram seus nomes trocados por “egressos do Sistema Penitenciário”

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Quantidade de presos em programas de laborterapia: Trabalho externo e interno.....	13
Gráfico 1 – Sexo.....	40
Gráfico 2 – Faixa etária.....	41
Tabela 1 – Escolaridade.....	42
Gráfico 3 – Arranjo familiar.....	43
Tabela 2 – Número de pessoas que compõem a família.....	45
Tabela 3 – Renda mensal familiar.....	46
Gráfico 4 – Local de origem do egresso.....	47
Gráfico 5 – Índice de reincidência criminal.....	49
Tabela 4 – Procedência.....	52
Gráfico 6 – Capacitação profissional.....	53
Gráfico 7 – Capacitação profissional após desligamento do programa.....	54
Gráfico 8 – Situação de trabalho.....	55
Gráfico 9 – Situação do trabalho formal e emprego legal.....	56
Tabela 5 – Renda mensal do trabalho formal e emprego legal.....	57
Tabela 6 – Renda mensal do trabalho informal.....	57

Gráfico 10 – Situação do desemprego.....	58
Gráfico 11 – Situação de renda mensal dos desempregados.....	59
Tabela 7 – Avaliação do Projeto Agência da Cidadania (1).....	60
Tabela 8 – Avaliação do Projeto Agência da Cidadania (2).....	61

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	07
1. RECUPERANDO OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO ESTUDO DE PÓS INCLUSÃO.....	11
1.1 O contexto externo.....	11
1.2 O contexto interno.....	14
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
2.1. Definição do universo de investigação.....	20
2.2. Plano de coletas de dados.....	22
2.3. Plano de apuração dos dados.....	24
3. ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BANCO DA PROVIDÊNCIA: UMA ESTRATÉGIA DO SERVIÇO SOCIAL PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL.....	25
3.1. A História do Banco da Providência.....	25
3.2. A trajetória da assistência social para o egresso no Banco da Providência.....	28
3.3. O novo paradigma: Inclusão Social.....	29
3.4. Conceitos de Exclusão e Inclusão.....	30
3.5. Metodologia do Banco da Providência na promoção da Assistência Social.....	31
3.6. Agência da Cidadania: Trajetória em 37 anos.....	34
3.7. Rede de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário.....	37
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	39
4.1. Perfil dos entrevistados.....	39
4.1.1. Sexo.....	39
4.1.2. Faixa etária.....	41
4.1.3. Escolaridade.....	42

4.1.4. Arranjo familiar.....	43
4.1.5. Renda mensal familiar.....	45
4.1.6. Local de origem.....	47
4.2. Sobre os índices de reincidência criminal dos egressos.....	48
4.3. Sobre a inserção do egresso no programa.....	51
4.3.1. Procedência.....	51
4.3.2. Capacitação profissional.....	52
4.4. Inserção dos egressos no mercado do trabalho.....	55
4.4.1. Situação de trabalho.....	55
4.4.2. Renda mensal.....	56
4.4.3. Desemprego.....	58
4.5. Avaliação da Agência da Cidadania.....	59
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	66
ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO PESQUISA DE PÓS-INCLUSÃO.....	70
ANEXO 2 – CONVITE.....	73

APRESENTAÇÃO

Onde estão os egressos do sistema penitenciário capacitados pelo Banco da Providência? O que estão fazendo da capacitação recebida? Há informações que mostrem se voltaram para o presídio? Qual o resultado, para a sociedade, do investimento feito nestas pessoas?

Estes são alguns dos questionamentos feitos ao Banco da Providência por membros da nossa sociedade, patrocinadores de projetos e representantes da política pública. Eles deram origem ao estudo: *As Potencialidades do Egresso do Sistema Penitenciário: para além do mercado, a formação para a vida.*

O Banco da Providência, a partir da elaboração do planejamento estratégico (2003) adotou o procedimento de realizar estudos de pós-inclusão das famílias atendidas no Programa de Inclusão Social. Desta forma, ampliamos o estudo para a Agência da Cidadania, utilizando técnicas de pesquisa qualitativa e quantitativa, para avaliar resultados sobre o grupo de 40 egressos incluídos socialmente pelo Banco da Providência no ano de 2010. O estudo foi realizado em 2012.

Estabelecemos como objetivo geral avaliar se a formação para o trabalho obtida por meio das ações do Banco da Providência contribui para o egresso do sistema penitenciário ingressar e/ou permanecer no mercado de trabalho.

Frente à complexidade que envolve o binômio capacitação x inserção e permanência no mercado de trabalho, estabelecemos como objetivos específicos:

- Apresentar o perfil socioeconômico dos entrevistados;
- Verificar o índice de reincidência e mortalidade entre os egressos que participaram do estudo;
- Identificar a sustentabilidade da geração de renda a partir das oportunidades de formação e/ou inserção no mercado de trabalho;
- Identificar o nível de salário obtido pelos alunos;

Os objetivos específicos já mostram nossa preocupação em definir, desde logo, os elementos constitutivos do amplo quadro em que se insere a colocação no mercado de trabalho. Além de fornecer uma visão geral do perfil do egresso atendido no Banco da Providência nos possibilitou traçar o contexto social, uma análise necessária no que se refere à sociedade brasileira, identificada como uma das mais desiguais do mundo. Nosso objetivo, muito mais do que mostrar dados permite refletir sobre o fenômeno multifacetado que permeia a inserção no mercado

de trabalho. E quer contribuir na aproximação de dois mundos, o mundo do egresso e o mundo da vida em sociedade.

Por meio de uma visão ampliada da relação que se estabelece neste binômio, a realização deste estudo quer igualmente contribuir no aperfeiçoamento de metodologias de trabalho que visem à reinserção do egresso do sistema penitenciário na sociedade. Em primeiro lugar identificar questões primordiais na própria metodologia da Agência da Cidadania, projeto do Banco da Providência que se destina ao atendimento das demandas do egresso do sistema penitenciário.

Qual a referência do nome Agência da Cidadania? É a partir desta questão que o Banco da Providência pode contribuir na transformação da trajetória do egresso. Desenvolvemos um trabalho de forma sistêmica na perspectiva da promoção do desenvolvimento humano, construindo com as pessoas um novo caminho para as suas vidas. Com participação, desenvolvimento de competências, reconstruindo a relação consigo mesmo e com a sociedade.

A referência para o nome “Cidadania” vem da missão do Banco da Providência na defesa de direitos para o conjunto da população que tenham seus direitos humanos negados. Nesta perspectiva, a ação do Banco da Providência tem uma dimensão para além da capacitação e colocação no mercado. Quer contribuir para a avaliação dos elementos constitutivos deste mercado, da sociedade promotora deste mercado, e com isto fazer crescer os valores que permeiam a busca de justiça social, principal legado que nos foi deixado por Dom Hélder Câmara, fundador do Banco da Providência.

O estudo, que busca uma visão de totalidade na abordagem das questões formuladas no início desta apresentação, constituiu-se das seguintes partes:

Recuperar os fundamentos teórico-metodológicos do estudo de pós-inclusão: teve como principal objetivo a definição do universo de investigação, a construção do processo de coleta de dados, o plano de apuração de dados. Mostra a estrutura operacional como instrumentos utilizados nas entrevistas, tabelas e elaboração de gráficos para a apresentação dos resultados.

Assistência Social no Banco da Providência – Uma estratégia do Serviço Social para a promoção da inclusão social: uma síntese de meio século de existência do Banco da Providência. Missão definida por nosso fundador pautada na defesa da justiça social e direitos humanos e metodologia, que contempla procedimentos pedagógicos inspirados no educador Paulo Freire. A trajetória de 37

anos de experiência de ação com egressos do sistema penitenciário que resultou na criação da Agência da Cidadania.

Resultados e Discussão: expõe os dados da pesquisa realizada com os egressos do sistema penitenciário que participaram do programa, bem como os analisam em confronto com estudos e pesquisas já existentes. Os dados expostos obedeceram aos critérios definidos nos objetivos da pesquisa, tais como mostrar o perfil socioeconômico (sexo, faixa etária, escolaridade, arranjo familiar, renda mensal familiar e local de origem); o índice de reincidência e mortalidade; formação e inserção no mercado de trabalho e, também, o nível salarial. Como ilustração, o estudo utilizou o recurso de gráficos e tabelas na exposição dos dados.

Considerações Finais: enfatiza o permanente diálogo com a sociedade e com as políticas públicas buscando desenvolver ações conjuntas capazes de colaborar para analisar a inserção do egresso do sistema penitenciário no mercado de trabalho, a partir do binômio capacitação x sociedade geradora de oportunidades. Os valores na construção de programas e políticas públicas que abram perspectivas de futuro. No que diz respeito aos resultados do trabalho desenvolvido pelo Banco da Providência, enfatizamos que a metodologia adotada pode colaborar para reduzir a pesada taxa de retorno ao crime.

Estes resultados foram alcançados por meio de uma ação conjunta a quem no momento queremos agradecer.

À Direção do Banco da Providência, pelo estímulo ao trabalho de seus técnicos em defesa dos direitos humanos e à equipe de trabalho, especialmente da Agência da Cidadania, coordenada pela assistente social e Mestranda do Programa de Mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) Mariana Leiras. A todos agradecemos o compromisso, competência e respeito no cotidiano das ações com os egressos.

À equipe do Programa de Estudos do Trabalho e Reprodução Social (PETRES)¹ da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de

¹ O Programa de Estudos do Trabalho e Reprodução Social (PETRES) da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) existe desde 1995, certificado pela Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da UERJ no Diretório de Pesquisas do CNPq. Sob coordenação da Profa. Dra. Rose Serra, este programa conta com a participação de professores e alunos, pesquisadores do Curso de Graduação e do Programa de Pós- Graduação em Serviço Social (Mestrado e Doutorado) da UERJ. O PETRES tem se dedicado a estudar e investigar, em nível teórico-empírico, algumas questões relacionadas às alterações contemporâneas no mundo do trabalho, tais como: mercado de trabalho e os novos espaços profissionais no Serviço Social; características e funcionalidades das Organizações Não-Governamentais (ONGs) no contexto do

Janeiro (UERJ), destacando a atuação da coordenadora do programa e professora Doutora Rose Serra na assessoria ao estudo. À Doutoranda do PETRES Maria Augusta da Silva Tavares, pelo empenho na participação da elaboração, participação e acompanhamento do projeto e neste Relatório de Avaliação.

Aos estagiários: Ana Paula Martins, Marcelle Marins, Vanda Amorim e Vagner dos Santos Torres, pelo compromisso assumido no estágio e participação na Agência da Cidadania e nas etapas do estudo.

Às instituições que integram a Rede de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário (RAESP), rede que nasceu nas dependências do Banco da Providência pelo empenho de um conjunto de instituições que defendem a causa do egresso. Em especial, à Diretora do Patronato Magarinos Torres, a Assistente Social Mariangela Pavão, pela parceria na busca ativa pelos egressos entrevistados.

Agradecemos também a Juíza Thelma Fraga (*in memoriam*) pelo exemplo de dedicação na luta em defesa dos direitos de homens e mulheres que cumprem penas privativas de liberdade, com o Projeto Grão.

Agradecemos especialmente aos egressos do sistema penitenciário pela confiança que depositam na instituição Banco da Providência possibilitando por meio do exercício de um diálogo constante e fraterno a oportunidade de contribuirmos coletivamente para um mundo permeado pelos valores de justiça social.

E a todos os que nos perguntam sobre o retorno do investimento. Vocês nos estimulam a dar visibilidade ao que fazemos na gestão de nossos projetos. Sobretudo nos estimulam na defesa da causa do egresso do sistema penitenciário e a mostrar que o maior investimento que faz o Banco da Providência é na geração de oportunidade de desenvolvimento do capital humano.

Terezinha Nascimento
(Gerente de Projetos Sociais)

1 RECUPERANDO OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO ESTUDO DE PÓS INCLUSÃO

1.1 O contexto externo

Criminalidade e sistema penitenciário no Brasil – A criminalidade no Brasil nunca alcançou dimensões tão alarmantes quanto nos dias de hoje. O crime e as formas de combatê-lo tem se tornado o tema central nas discussões sobre os principais problemas da sociedade brasileira. Os estudos sobre a criminalidade e violência no Brasil ganharam fôlego a partir dos anos 1970 e, desde então, sofisticaram o debate sobre os significados e sentidos que tais conceitos têm assumido na nossa sociedade. A violência é usada principalmente quando não se resta mais argumentos, quando se quer fazer valer um ponto de vista pela força, em detrimento do mais fraco o que sinaliza que: “ao longo de mais de cem anos de vida republicana, a violência em suas múltiplas formas de manifestação permaneceu enraizada como modo costumeiro, institucionalizado e positivamente valorizado”. (ADORNO, 1995, p.301).

A mudança estrutural ocorrida na indústria nacional associada à mudança no papel do Estado na economia brasileira gerou uma diminuição no emprego e, portanto, uma redução do retorno das atividades legais. É possível perceber um aumento da economia informal e ilegal. Este seria o caso do aumento no número de ambulantes vendedores de produtos pirateados e/ou contrabandeados no país, trata-se de um fenômeno nacional. A inexistência de oportunidades para os mais jovens também pode ser um fator relevante na explicação da criminalidade.

Foucault (2009) cita que antigamente os modelos utilizados de correção aos presos partiam do princípio da coerção, eram aplicados castigos corporais absurdos e penas de morte sucessivamente cruéis para desencorajar manifestações contrárias a um sistema posto ou coibir crimes. Não que estes não sejam mais usados, porém muita coisa foi mudada dentro do sistema prisional. Hoje em pleno período democrático temos um sistema prisional que tem sobre o seu comando o Ministério da Justiça. Temos a administração dos presídios sob a responsabilidade

dos estados bem como o trabalho prisional. No estado do Rio de Janeiro, podemos citar como exemplo, a Fundação Santa Cabrini².

A instituição que deverá dar toda assistência ao egresso no que tange aos seus direitos é o Patronato Penitenciário. Dentre as atribuições do órgão destaca-se a promoção do acesso ao mercado de trabalho, a prestação de assistência jurídica, pedagógica e psicológica. A finalidade da existência do Patronato é dar apoio para o egresso.

Ações desenvolvidas no Sistema Penitenciário como meio de formação para reinserção no mercado de trabalho – A cidadania pode ser exercida não só fora do presídio, mas também de dentro dele. Ações que demonstrem o cuidado com o apenado são formas de dar uma estadia digna que ofereça cidadania ao interno.

As ações de apoio a trabalho e renda, enquanto políticas públicas podem ser consideradas parte de uma política de trabalho, pois afetam diretamente o mercado de trabalho, elevando o nível de ocupação e permitindo que os trabalhadores desenvolvam suas capacidades laborais durante a participação em um empreendimento. Atividades de geração de trabalho e renda abarcam a criação de novos empreendimentos ou a expansão de empreendimentos existentes, gerando, assim, atividade econômica.

A implementação de tais atividades no sistema penitenciário tem como foco a disseminação da cultura do cooperativismo, o caminho do auto emprego e possíveis incubadores de empreendimentos de economia solidária, mostrando que a geração de trabalho e renda para pessoas em situação de vulnerabilidade social, como as privadas de liberdade, pode ser vista como uma das alternativas necessárias.

Programas, projetos e ações de apoio à qualificação profissional dizem respeito aos processos pelos quais se procura preparar uma pessoa por intermédio de uma formação profissional para que ela seja capaz de executar atividades ou funções demandadas pelo mercado de trabalho.

² “A Fundação Santa Cabrini é o órgão estadual responsável pela gestão do trabalho realizado pelos internos do sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de promover a ressocialização e a profissionalização do detento, facilitando sua reinserção na sociedade. Cabe à Fundação oferecer postos de trabalhos aos presos, bem como garantir a remuneração destes e a redução da pena em um dia a cada três dias trabalhados”. (SITE: FUNDAÇÃO SANTA CABRINI).

No sistema penitenciário, o caminho mais utilizado para a qualificação profissional de presos, internados e egressos tem sido o oferecimento de cursos de capacitação aliados à implementação de oficinas permanentes, na perspectiva da absorção de linhas de produção de empresas.

Muito se discute, nos dias atuais, a devida inserção social de egressos do sistema penitenciário no mercado de trabalho, esquecendo-se, no entanto, que a inserção de egressos tem sua base construída enquanto o indivíduo se encontra em privação de liberdade. Durante o cumprimento de penas privativas de liberdade, o Estado tem a possibilidade de orientar, capacitar e fomentar a cultura da qualificação profissional de maneira mais próxima, fazendo com que, ao sair, o preso ou internado se torne um egresso consciente de seus direitos e capacidades e tenha possibilidades reais de integração social.

Ao longo dos últimos anos, a qualificação profissional tem sido o principal instrumento utilizado no âmbito da reintegração social para a inclusão no mercado de trabalho e geração de renda para presos, internados e egressos. Como mostra o quadro, a seguir:

Quantidade de Presos em Programas de Laborterapia - Trabalho Externo	Masculino	Feminino	Total
Parceria com a Iniciativa Privada	8.885	673	9.558
Parceria com Órgãos do Estado	4.316	267	4.583
Parceria com Paraestatais (Sistema S e ONG)	548	34	582
Atividade Desenvolvida - Artesanato	3.552	417	3.969
Atividade Desenvolvida - Rural	329	8	337
Atividade Desenvolvida - Industrial	1.142	108	1.250
Quantidade de Presos em Programas de Laborterapia - Trabalho Interno	Masculino	Feminino	Total
Apoio ao Estabelecimento Penal	34.626	3.726	38.352
Parceria com a Iniciativa Privada	25.938	3.531	29.469
Parceria com Órgãos do Estado	2.949	400	3.349
Parceria com Paraestatais (Sistema S e ONG)	1.067	145	1.212
Atividade Desenvolvida - Artesanato	13.614	1.052	14.666
Atividade Desenvolvida - Rural	760	38	798
Atividade Desenvolvida - Industrial	3.659	254	3.913

Quadro 1 – Quantidade de presos em programas de laborterapia: Trabalho externo e interno

Fonte: Dados extraídos do site do Ministério da Justiça /Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Informações estatísticas – InfoPen /Indicadores. Junho, 2012.

Observamos que 112.038 presos estão inseridos em programas de laborterapia, trabalho e cursos dentro das unidades penitenciárias e fora pela gestão

da Fundação Santa Cabrini. Este número representa 22% do universo carcerário brasileiro.

Porém, verificamos que tais ações são oferecidas a um número ainda pequeno de pessoas, em relação à totalidade da população carcerária hoje que gira em torno de 508.357.

Taxa de reincidência – Reduzir os danos causados pela política de encarceramento pressupõe medida para olhar o preso em sua totalidade, como sujeito representante da desigualdade, exclusão social. Percebendo-o nas esferas comunitárias, familiar e da participação social.

Dados referentes ao sistema prisional demonstram que a reincidência criminal é um fator preocupante visto que as oportunidades são reduzidas para egressos prisionais por conta, entre outros fatores, do estereótipo aceito pela sociedade.

O trabalho constitui-se como uma forma de diminuir esse processo de reincidências no crime, já que ele define o lugar do indivíduo na sociedade. É por meio dele que existe integração social e inserção.

No Brasil, sete em cada dez presos que deixam o sistema penitenciário voltam ao crime, configurando uma das maiores taxas de reincidência do mundo. O ministro do Supremo Tribunal Federal, Cesar Peluso, ressalta que nos dias atuais, aproximadamente 500 mil pessoas cumprem pena privativa de liberdade no Brasil. “A taxa de reincidência no nosso país chega a 70%. Isto quer dizer que sete em cada dez libertados voltam ao crime. É um dos maiores índices do mundo” (AGÊNCIA BRASIL, 2011).

O Banco da Providência, através do Projeto Agência da Cidadania colabora para a reversão deste quadro, na ação de complementar a política pública para egressos.

1.2 O contexto interno

As ações do Banco da Providência como meio de formação para a reinserção no mercado de trabalho – O Banco da Providência, criado em 1959, nasceu do espírito solidário de Dom Hélder Câmara, em sua luta na promoção da justiça social para os excluídos.

O contexto de criação se insere em um novo posicionamento do Brasil e do mundo em que se insistia na dimensão social do cristianismo e no empenho para a transformação das estruturas que geravam injustiça social.

Este tema é abordado por Ângela Paiva, em seu livro “Católico, Protestante, Cidadão”:

O ano de 1959 foi a guinada definitiva da JUC³ com a renovação da direção nacional, trazendo mais ênfase à urgência de se viver na prática o ideal de ser do verdadeiro cristão [...] que levava necessariamente à solidariedade e ao compromisso social. (PAIVA, 2010, p.165).

No estudo para as condições necessárias para a ação social ser efetiva na busca de uma sociedade mais justa, a autora coloca, ainda, que “passa a ser necessária uma transformação, tanto individual quanto social” (PAIVA, 2010, p. 153).

Torna-se importante destacar que ao longo de mais de 50 anos de ação social do Banco da Providência, a causa do egresso do sistema penitenciário constituiu-se em uma das linhas de atuação, na perspectiva de promoção e defesa de direitos, incluindo o direito ao trabalho, como já abordado neste estudo. Os Relatórios Anuais da instituição apontam para o quantitativo de 19.034 egressos do sistema penitenciário atendidos em projetos de promoção humana. (NASCIMENTO, 2009, p. 17).

A metodologia de formação para o mercado de trabalho, quando criada na instituição, já adotou, na década de 1960, a conjugação de três projetos, tal qual se encontram descritos nos Relatórios Anuais:

1) Projeto Habilidades Específicas (HE): treinamento em oficinas profissionalizantes. São oferecidos cursos em várias áreas: Eletricidade; Mecânica de Automóveis, Mecânica de Refrigeração; Informática; Turismo (Camareira; Copeiro; Barman); Confecção; Beleza; Alimentos; Serviços (Auxiliar de Serviços Gerais).

2) Projeto Habilidades Básicas (HB): desenvolvimento da dimensão social e humana, exercício da solidariedade e da Cultura da Paz.

3) Projeto Habilidades de Gestão (HG): desenvolvimento de atitudes adequadas a criação de pequenos empreendimentos)

A metodologia é uma contribuição ao processo de desenvolvimento integral de jovens e adultos, oferecendo oportunidade para aqueles que continuam

³ Juventude Universitária Católica.

chegando ao mercado de trabalho com baixa escolaridade e sem formação específica. É o meio de formação para a reinserção no trabalho. Mas, sobretudo, para alcançar “a transformação tanto individual quanto social”. A perspectiva da transformação social está pautada nos valores associativos e solidários que alicerçam a metodologia. Os depoimentos dos participantes dos cursos demonstram a aquisição de novos valores capazes de transformar os alunos em protagonistas de um novo tipo de relacionamento entre as pessoas.

Assumindo, prioritariamente, compromisso com o egresso do sistema penitenciário, por entender que “trata-se do mais excluído” entre os que sofrem as consequências da exclusão social, o Banco da Providência aperfeiçoou a metodologia, o que resultou na criação da Agência da Cidadania, cujos objetivos já estão abordados neste estudo.

A cultura de gestão na instituição: planejamento, desenvolvimento, monitoramento, avaliação de resultados, metas a alcançar – O ano de 2003 representa um novo marco na história da instituição. Preocupado com o crescimento da pobreza urbana e suas consequências iniciou-se o planejamento estratégico, como forma de melhor realizar a missão de contribuir na defesa dos excluídos.

O desafio de implementar mudanças em uma instituição de meio século de funcionamento foi superado porque contou com alguns elementos fundamentais:

- no horizonte da mudança estava o respeito pela dignidade da pessoa humana e o propósito de melhor garantir direitos humanos;
- a determinação da direção e do corpo técnico;
- o apoio da Fundação Brava e a assessoria do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (IDG) que contribuiu no processo de implantação da cultura de gestão.

Os valores institucionais e a responsabilidade social assumida pela instituição tornaram-se fundamental para a sua continuidade. Sobretudo, por buscar alcançar resultados cada vez mais efetivos, o Banco da Providência sentiu necessidade de desenvolver a cultura de gestão, a fim de que sua contribuição na causa da exclusão social pudesse ser cada vez mais estratégica, intencional e colaborativa das políticas públicas.

Novos desafios foram enfrentados para alinhar a equipe de trabalho a cultura da gestão. Os principais desafios surgiram no monitoramento e na avaliação dos

projetos. A mudança foi possível em um processo de desenvolvimento institucional no que diz respeito a:

- investimento na comunicação interna e externa;
- aperfeiçoamento profissional contínuo da equipe;
- elaboração de um plano de trabalho com metas da instituição;
- criação de instrumentos de monitoramento das metas;
- criação de um banco de dados e sistema informatizado com indicadores e variáveis a serem monitoradas periodicamente;
- relatórios consistentes de desempenho.

Convém destacar um princípio fundamental, abordado pelo Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG), do Instituto Hartmann Regueira:

O cenário atual aponta para a necessidade de uma gestão eficaz, além do compromisso das instituições manterem a criatividade na forma de trabalhar e o entusiasmo pela causa que abraçaram, de modo a cumprirem seus compromissos de caráter social de interesse coletivo.

A missão institucional: mobilizar a sociedade (poder público e sociedade civil) para a construção de novas alternativas de enfrentamento da questão social – Ainda citando o PDG, “é preciso não esquecer que lidamos com o destino das pessoas”. Isto implica a importância do compromisso com os resultados. Em razão da complexidade das consequências da exclusão social cabe o estabelecimento de uma rede de atores capazes de contribuir, de maneira coletiva, para superação da desigualdade social.

O Banco da Providência já foi criado com o paradigma da solidariedade social. Ao longo de seus mais de 50 anos de ação social acumulou experiências em elaborar metodologias para contribuir com as políticas públicas inclusive pela abrangência de sua ação (municipal) e o quantitativo de pessoas atendidas anualmente (10.000 pessoas/ano).

A cultura da gestão adotada na instituição gerou condições para dar visibilidade ao processo de inclusão social, aos objetivos e aos resultados esperados e alcançados.

O plano de ação da instituição é elaborado de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e o monitoramento de seus programas e

projetos demonstram como sua missão vem sendo alcançada. Sobretudo, “pelas transformações na vida e no destino das pessoas”.

Especialmente em relação aos egressos do sistema penitenciário o Banco da Providência desenvolveu um sistema com indicadores, variáveis, relatórios de processo e de resultados da ação desenvolvida.

Os depoimentos da rede de parceiros demonstram o processo de articulação e cooperação com a rede, entre eles os que objetivam operacionalizar as políticas públicas. A seguir, apresentamos alguns depoimentos obtidos no evento “Café da Manhã com Empresários”, realizado em 31/05/2012.

Representante da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE):

Através da participação nas reuniões do Banco da Providência eu adquiri uma nova visão do trabalho com egressos do sistema penitenciário. Assumi novos compromissos no processo de inserção do egresso no mundo do trabalho e ampliei a ação para este público, com o qual tenho trabalhado diretamente.

Representante da Empresa Kentucky Fried Chicken (KFC)⁴:

Eu saio desta reunião no Banco da Providência com uma nova visão do trabalho com o egresso do sistema penitenciário. É importante os empresários abrirem as portas de suas empresas aos que se encontram capacitados, gerando oportunidades para eles ingressarem em uma nova vida. Eu, que não fazia isto antes, passo a oferecer as vagas que eu tiver na empresa para serem ocupadas pelos alunos capacitados por vocês.

Objetivo Geral do Estudo: Avaliar se a formação para o trabalho obtida por meio das ações do Banco da Providência contribui para o egresso do sistema penitenciário inserir-se e/ou permanecer no mercado de trabalho.

Objetivos Específicos do Estudo

- Apresentar o perfil sócio econômico dos entrevistados;
- Verificar o índice de reincidência e mortalidade entre os egressos que participaram da pesquisa;
- Identificar a sustentabilidade da geração de renda, a partir das oportunidades de formação e/ou inserção no mercado de trabalho;

⁴ Rede de restaurantes de comida rápida, de origem norte americana, inaugurada no Brasil desde os anos 1960. A rede se destaca atualmente com onze lojas em todo o Brasil, sendo que a maioria das lojas concentra-se no Rio de Janeiro e São Paulo.

- Identificar o nível de salário obtido pelos alunos;
- Mostrar a avaliação dos egressos sobre os serviços prestados no Banco da Providência.

A hipótese a ser avaliada no estudo – A metodologia de trabalho do Banco da Providência colabora para gerar oportunidades do egresso do sistema penitenciário se inserir no mercado de trabalho, gerando, igualmente, melhores condições para diminuir a reincidência prisional.

Relevância do estudo – A elaboração do objetivo geral deste estudo foi precedida de um momento de análise do contexto externo que configura a abordagem do tema do egresso do Sistema Penitenciário. Um dos dados mais preocupantes refere-se à reincidência prisional. Tanto do ponto de vista econômico (custo do preso no sistema) e, principalmente, do ponto de vista humano (sustentabilidade da recuperação), o alto índice de reincidência (70%) requer uma mudança no paradigma que tem orientado as políticas públicas na área do Sistema Prisional. Desta forma, a relevância deste estudo está relacionada com o propósito de contribuir para a construção deste novo paradigma, baseado no conceito de desenvolvimento humano.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Definição do Universo de Investigação

O universo a ser investigado constituiu-se de uma amostragem sistemática, visto que segundo Carlos Gil:

A amostragem sistemática é uma variação da amostragem aleatória simples. Sua aplicação requer que a população seja ordenada de modo tal que cada um de seus elementos possa ser unicamente identificado pela posição. Apresentam condições para satisfação desse requisito uma população identificada a partir de uma lista que englobe todos os seus elementos, uma fila de pessoas ou o conjunto de candidatos a um concurso, identificados pela ficha de inscrição (GIL, 2008, p. 92).

Assim, o universo foi identificado como todos os 40 ex-participantes da Agência da Cidadania, que foram incluídos socialmente no ano de 2010.

Tão logo se definiu o universo, buscou-se levantar os locais de moradia e trabalho informados por estes participantes para se decidir sobre a melhor estratégia de coleta de dados.

A situação de moradia (bairros) foi a seguinte⁵:

Município do Rio de Janeiro	Município de Niterói e São Gonçalo	Baixada Fluminense
Costa Barros = 01	São Gonçalo = 01	Caxias = 01
Vila da Penha = 01	Itaboraí = 02	Nova Iguaçu = 02
Jacarepaguá = 01	Niterói = 04	Belford Roxo = 01
Santa Cruz = 02		Japeri = 01
Campo Grande = 02		
Guadalupe = 01		
Piedade = 01		
Pavuna = 01		
Santíssimo = 01		
Catete = 01		
Thomás Coelho = 01		
Vila Kennedy = 01		
Centro = 01		
Piabetá = 01		

Tomando por base nosso interesse pelo estudo, procedemos ao “Ciclo de Pesquisa”:

⁵ A análise sobre a situação de moradia dos egressos que participaram da pesquisa será retomada no capítulo 4 – Resultados e Discussão.

a) “Fase Exploratória”: tempo dedicado a interrogar-nos preliminarmente sobre o objeto; as teorias pertinentes; a metodologia apropriada e as questões operacionais para levar a cabo o trabalho de campo. A construção do projeto de investigação;

b) “Trabalho de Campo”: etapa que combina entrevista, observações, levantamento de material documental, bibliografia, orientações instrucionais de execução;

c) “Tratamento do Material”: etapa que produz o confronto entre a abordagem anterior e o que a investigação de campo aponta como contribuição.

A Fase Exploratória da Pesquisa: teorias pertinentes ao estudo – A montagem do projeto de pesquisa procedeu-se com a consultoria do Programa de Estudos do Trabalho e Reprodução Social (PETRES) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que orientou sobre a base teórica e participou dos Ciclos da Pesquisa.

Sobre a operacionalização da pesquisa – Instrumento de Coleta de Dados – Uma das principais preocupações iniciais da equipe era de que o questionário contemplasse o levantamento de dados qualitativos e quantitativos. Isto se deve ao fato de que a equipe já vinha se utilizando de elementos da técnica de análise de conteúdos aplicada nos depoimentos e textos elaborados pelos participantes durante o processo de formação na Agência. Desta forma e seguindo a orientação bibliográfica, elaboramos Unidades de Registro.

Estas unidades se referem aos elementos obtidos através da decomposição do conjunto de mensagens. Podemos utilizar a palavra como uma unidade, trabalhando com todas as palavras de um texto, ou com apenas algumas que são destacadas de acordo com a finalidade do estudo (GOMES, 2004, p. 75).

A forma de captar os dados qualitativos e quantitativos se deu através de uma entrevista realizada pelos técnicos e estagiários da Agência com os egressos que participaram do projeto. Como o estudo buscou identificar o perfil atual do ex-participante e, sobretudo, analisar a contribuição da Agência com o Programa de Formação foram estabelecidas algumas variáveis de investigação (Situação Pessoal, de Escolaridade, de Trabalho) e os indicadores (conseguiu trabalho a partir

da formação na Agência; permanece no trabalho conseguido, mudou de emprego). (Conf. Anexo 1).

2.2 Plano de coleta de dados

As ações preliminares à coleta de dados – Foi decidido que a forma de abordagem se daria por duas vias:

1) Envio de carta-convite aos 40 ex-participantes para a participação em um evento chamado Encontro com a Agência, contendo o convite a informação de que seria feito um levantamento das informações sobre trabalho e vida atuais.

2) Contato telefônico para constatar se houve o recebimento do convite, assim como fazer um levantamento preliminar de dados. Para este levantamento foi elaborado um instrumento de registro contendo:

Nome:
Aceitou o convite: () Não aceitou () Porque?
Reincidiu: () Sim () Não Quando? Por quê?
Não conseguimos contato ()
Deixamos contato ()

Evento de Coleta dos Dados – Foi decidido, ainda, que a captação de coleta de dados não se daria em campo, por questões operacionais de deslocamentos da equipe, duplicidade de funções visto que as turmas de 2012 encontram-se em funcionamento, e a mesma equipe é responsável pela formação dos alunos atuais, e dos custos com os deslocamentos. Foi programado um evento na própria Agência, em um dia de sábado, para contemplar a participação dos que trabalham, e com uma característica de evento de encontro com a equipe e colegas de turma. (Conf. Anexo 2).

Treinamento da Equipe – O treinamento da equipe de responsáveis pelo levantamento de dados – Estagiários de Serviço Social da Agência – foi elaborado pela equipe de técnicos da instituição e contou com a presença e participação de representante da consultoria da PETRES.

No treinamento foi realizado o exercício de preenchimento do formulário, com análise das principais ocorrências no preenchimento. Chegamos ao consenso de que teríamos de mudar algumas questões para a melhor compreensão dos entrevistados.

A Fase de Trabalho de Campo – Coleta de Dados

No evento e no campo – No evento realizado no dia 02/06/2012, compareceram 16 ex-participantes do programa que se disponibilizaram a participar da entrevista. Entretanto, o número de entrevistados no evento (16) fez com que fosse necessário modificar a estratégia de coleta de dados e inserir no estudo o procedimento de ida a campo, que foi definido como local de moradia e/ou trabalho dos ex-participantes.

Por telefone – A via de contatos telefônicos possibilitou a obtenção de alguns dados relevantes para o estudo no que se refere às variáveis de investigação e aos indicadores. Também mostrou que o número de ex-participantes com os quais não foi possível o contato a partir da estratégia elaborada certamente indicava que seria preciso nova estratégia. Foram realizadas 09 entrevistas por telefone (07 com os próprios egressos e 02 com familiares).

Visita domiciliar - Nesta etapa, obtivemos mais 3 entrevistas que foram realizadas pela assistente social e coordenadora do programa através de uma visita domiciliar durante a ida aos locais de moradia e também de trabalho. .

Cabe destacar que o monitoramento contínuo de cada ação do Ciclo de Pesquisa foi o procedimento que possibilitou “representar com fidedignidade as características do universo”, tal qual proposto pelo autor Carlos Gil (2008, p. 95). Como, nas avaliações periódicas de coleta de dados a equipe técnica estabeleceu alcançar a maior aproximação possível de 100% do valor da amostra, o monitoramento permitiu criar estratégias imediatas quando os relatórios de previsto e realizado estavam com resultados distantes um do outro.

Buscou-se também a Rede de Parceiros do Sistema Penitenciário como estratégia para obtenção de informações, o que resultou no acréscimo de novos dados.

Assim, obtivemos um total de 28 entrevistados, representando 70% do universo de 40 alunos incluídos no mercado de trabalho em 2010, pelo Projeto Agência da Cidadania do Banco da Providência.

Restava, ainda, obtermos informações sobre a vida de 12 dos ex-participantes (30% do universo). Durante o processo de investigação, obtivemos as seguintes informações:

- 02 estão em situação de rua;
- 02 estão em biscates, segundo informado por vizinhos
- 01 evadiu do regime aberto;
- 01 está preso;
- 01 sumiu há 1 ano;
- 05 não conseguimos contato (entre os 05, fomos informados que 01 permanece no regime aberto, voltando ao presídio para dormir.)

2.3 Plano de apuração dos dados

Tratamento do Material Coletado – Foram constituídos grupos de trabalho com a equipe responsável pelo estudo. Foram estabelecidos 3 eixos para o tratamento do material, sendo que cada eixo desdobrado em ações pertinentes: 1) estudo bibliográfico e planejamento da pesquisa; 2) apuração e análise dos dados; e 3) conclusões do estudo.

A primeira fase de apuração dos dados utilizou tratamento percentual, construindo tabelas que indicavam resultados em relação à perspectiva quantitativa. Nesta fase foram agregadas novas informações teóricas cuja necessidade surgiu no decorrer do estudo.

Quanto à tabulação e análise foram construídos tabelas e gráficos que mostraram as informações relevantes quanto às variáveis e indicadores, com cruzamentos de dados, que possibilitaram análises pertinentes para a compreensão do estudo. Por fim, a análise e interpretação dos dados coletados sob a orientação da base teórica possibilitaram demonstrar os resultados mais significativos do estudo.

3 ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BANCO DA PROVIDÊNCIA: UMA ESTRATÉGIA DO SERVIÇO SOCIAL PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL

3.1 A História do Banco da Providência

1ª década: 1959 a 1969 – Um banco para os pobres: as ações de Dom Hélder Câmara frente aos problemas sociais da Cidade do Rio de Janeiro.

Contar a história do Banco da Providência é, de certa forma, rever o cotidiano da Cidade do Rio de Janeiro. Esta síntese – que comemora os 53 anos de atuação do Banco da Providência – reúne nossa trajetória, em sua abrangência e diversidade.

O início de tudo é o ano de 1959. As luzes da cidade funcionavam como expectativa de melhores condições de vida para migrantes. Seus sonhos rapidamente se transformavam em luta pela sobrevivência.

Pobreza extrema, endividamento, marginalidade. Dom Hélder neles via seres humanos com imenso potencial de promoção humana.

De Dom Hélder surge a ideia de criar um banco. Um banco onde, justamente, teriam crédito as pessoas que não eram elegíveis como tomadoras de crédito nos bancos do sistema financeiro.

Assim, nasceu o Banco da Providência pautado por conceitos recentemente adotados, como estratégias de ação social eficiente:

1) Sociedade civil organizada: é uma instituição criada por pessoas da sociedade civil com missão de colaborar com a política social através de ação organizada;

2) Projeto auto-sustentável: gera recursos por meio da Feira da Providência e do Arraial (2004);

3) Ação voluntária como apoiadora da ação técnica; rede de parceiros.

A longa trajetória:

1959 – A marca da primeira década é a organização dos Serviços de Emergência Social.

1961- Criadas as Carteiras da Providência. A estrutura de “Carteiras” foi adotada por ser semelhante aos bancos financeiros.

- Carteira de Roupas e Calçados;
- Carteira de Orientação Profissional e Colocação;
- Carteira de Empréstimo;
- Carteira de Alimentação;
- Carteira de Saúde;
- Carteira de Habitação;
- Carteira de Assistência Jurídica;
- Carteira de Educação;
- Carteira de Móveis.

Este modelo foi aperfeiçoado, ao longo dos anos, até chegar ao modelo atual.

Paradigmas: Assistência como direito, capacitação para o trabalho como compromisso ético.

1964 – Dom Hélder Câmara foi transferido para Recife. Antes, porém, encarrega um grupo de técnicos da área da Educação Profissional e das áreas de formação Humanas para criar o Programa de Treinamento de Mão de Obra. Pautado no conceito de justiça social, que marca a vida de Dom Hélder, o programa é exclusivamente dedicado às pessoas de baixa escolaridade, não contempladas na política pública da época.

A partir de então foram criados os Centros da Providência de Treinamento de Mão de Obra, cuja metodologia está apresentada nesta publicação.

1965 – Criado o 1º Centro da Providência, no Catumbi. A seguir o Centro da Providência de Campo Grande e, de Engenho Novo.

1966 – Criado o Centro da Providência de Copacabana.

1969- Criado o Centro da Providência de Rio Comprido e os Centros da Providência de Olaria e Realengo.

2ª década: 1970 a 1980: Um Banco que gera oportunidades.

Análise de contexto: O panorama da Cidade do Rio de Janeiro é marcado pelas grandes obras: construção da Ponte Rio- Niterói, construção do Metrô, expansão imobiliária da Barra da Tijuca. É o tempo que foi chamado de “Milagre Brasileiro”. Há um crescimento da construção civil. O Banco da Providência investe em programas para capacitar pessoas para a construção civil. Implantados 8 Centros de Capacitação para o Trabalho.

1971 - Criado o Centro da Providência de Jardim Botânico.

1975 – Criado o Serviço Social do Egresso do Sistema Penitenciário.

3ª Década: 1981 a 1991: Um Banco que se reformula.

Análise de contexto: Inicia-se a época da grande recessão. São os anos conhecidos como “A Década Perdida.”. A maioria das empresas acirra um processo de demissão de seus empregados. A sede de grandes bancos e empresas se desloca para São Paulo. O Rio de Janeiro perde investimentos. É preciso requalificar esta mão-de-obra que não consegue trabalho. São criados programas para o trabalho por conta própria, como o Centro de Treinamento em Mendanha, Campo Grande.

4ª Década: 1991 a 2001 – Um Banco de garantia de direitos e uma vida melhor.

Análise de contexto: O início dos anos 90 é marcado pela opção em apoiar um novo tipo de excluído que surge na Cidade do Rio de Janeiro: pessoas da população de rua vítimas do vírus da AIDS. Criado ambulatório de assistência à pessoas com este perfil.

5ª Década: 2001: Um Banco de novas estratégias para superação da pobreza

Análise de contexto: No final dos anos 1990, o Banco da Providência captou recursos junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) para iniciar um processo de avaliação de sua política institucional visando melhor contribuir para transformar a realidade sócio-econômica. Alguns fatos orientaram este processo, e o fato prioritário foi o crescimento da exclusão social. Vejamos:

1) Aumento da pobreza urbana como o aumento do número de famílias vivendo abaixo da linha da pobreza em um contexto que apontava para os seguintes indicadores sociais:

- População do Estado do Rio de Janeiro = 14.391.2282 habitantes.
População no estado abaixo da linha da pobreza = 2.800.000 habitantes (19,5%);

- População do Município do Rio de Janeiro = 6.087.219 habitantes.
População abaixo da linha da pobreza = 408.000 habitantes (14,57%). (CIDE 2003).

2) A Constituição Cidadã de 1988: traz para o centro dos debates a universalização da assistência e dá visibilidade aos Conselhos de Direitos. Qualifica a assistência social como direitos do cidadão, permeada por conceitos de coresponsabilidade e inclusão social.

3) A Profissionalização das Instituições do Terceiro Setor: exigência do aperfeiçoamento da gestão de projetos, com os conceitos de metas sociais, resultados e impactos.

4) A Doutrina Social da Igreja: o documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), “Exigências Evangélicas e Éticas de Superação da Miséria e da Fome”, chamando a atenção para ações que contribuam para uma efetiva superação da miséria e da fome.

5) A divulgação dos relatórios sobre o Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

3.2 A trajetória da assistência social para o egresso no Banco da Providência

Preocupado com a questão do sistema prisional há mais de 30 anos, o Banco da Providência incluiu em sua demanda os egressos. No ano de 1975 é criado o setor “Serviço Social do Egresso”, para dar complementariedade ao trabalho desenvolvido pela Pastoral Penal, de evangelização dentro das penitenciárias do Rio de Janeiro. Coordenada pelo Padre Bruno Trombeta, os agentes pastorais prestavam assistência religiosa aos presos e não havia uma ação voltada para o atendimento com eles após sua liberdade. Assim, o Banco da Providência a fim de desenvolver uma política de serviço social às pessoas que são oriundas do sistema penitenciário da cidade do Rio de Janeiro, cria o Serviço Social do Egresso Tal projeto configura-se como um dos mais antigos projetos da instituição.

Diariamente na sede, situada na Lapa vinham pessoas encaminhadas pela Pastoral Carcerária (antiga Pastoral Penal), instituição esta que existe no Brasil desde 1986 que é organizada pela CNBB, que cumpre um princípio cristão que é de visitar os presos. Seu trabalho começou a ter mais visibilidade pós-massacre do Carandiru em 1992 e em 1997 onde se expandiu através da Campanha da Fraternidade que carregava em seu lema: “Cristo Liberta de todas as Prisões”.

Aos poucos o setor “Serviço Social do Egresso” foi se expandindo dentro do

Projeto Agência Emergência Social e começou a contar com uma rede de parceiros que trabalham diretamente com apenados e egressos do sistema prisional. O que aumentou a procura de usuários, sem contar com as inúmeras demandas espontâneas que chegam através de pessoas que já passaram pelo projeto que indicaram a agência.

Após algumas reformulações, desde sua criação e agindo de acordo com o que era pré-estabelecido pelas legislações da assistência social - atualmente a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no ano de 2008 para 2009 o Serviço Social do Egresso começou a adquirir a forma que possui hoje, começando pela mudança de nomenclatura e passou a ser conhecido como “Agência da Cidadania”. Também, no mesmo ano, houve a separação da “Agência da Cidadania”, o que daria mais liberdade e autonomia ao projeto nas suas ações.

O nome egresso estigmatizava mais ainda os advindos do sistema penal, era uma forma de “suavizar” a questão e também realçar a busca pela cidadania. A Agência da Cidadania manteve o princípio do atendimento básico às demandas que antes já dava conta, contudo agregou no seu planejamento um curso de formação com a metodologia voltada para questões cruciais da sociedade como: identidade pessoal e coletiva, direitos e deveres, trabalho formal e informal, etc. Oferecendo capacitação para o trabalho e oportunidades de emprego em vagas captadas.

3.3 O novo paradigma: Inclusão Social

Assim, o Banco da Providência focou a ação em colaborar para diminuir o número de famílias que se encontram no IDH renda abaixo da linha da pobreza, na Cidade do Rio de Janeiro.

O planejamento estratégico foi desenvolvido com o apoio da Fundação Brava e do Instituto de Desenvolvimento Social.

O conceito de inclusão social é apoiado nos direitos garantidos na Constituição Federal de 1988 e nos indicadores do IDH: alfabetização, aumento de escolaridade formal e informal, trabalho e aumento da renda. O Programa atende as Diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) quanto à proteção social básica (famílias) e proteção social especial (homens em situação de risco social).

O Banco da Providência desenvolveu uma metodologia que visa colaborar para reduzir a pobreza extrema e gerar oportunidades para as pessoas promoverem a transformação social. A metodologia se apoia em um processo com três eixos:

- Desenvolvimento humano – Agências de Famílias; Agência Comunidade de Emaús (homens com perfil de moradores de rua); Agência da Cidadania (egressos do sistema penitenciário).

- Capacitação – Agência de Capacitação; Agência de Empreendimentos Populares.

- Trabalho e Renda – Agência de Empregos; Agência de Empreendimentos Populares

3.4 Conceitos de Exclusão e Inclusão

Defende-se a ideia que tratar a exclusão social é tratar simultaneamente de inclusão social. Existem duas formas de questionar a ligação entre “a governação da educação” e a inclusão e exclusão social. Estes conceitos são enquadrados no âmbito da “problemática da equidade” e da “problemática do conhecimento” e atuam como um mapa para compreender como as políticas são postas em prática. A primeira, a problemática da equidade, coloca a mudança social na ação racional do ator social. A inclusão social e a exclusão social são conceitualizadas como duas entidades diferentes, nas quais o objetivo é produzir inclusão social e eliminar a exclusão social “de determinados grupos de atores sociais, tais como aqueles definidos por classe, sexo, raça ou etnia” (SPOSATI, 2006).

Se existe um campo decididamente identificado pelo público como fonte de exclusão é o trabalho. Ser incluído significa ser incorporado no processo de trabalho e numa relação salarial. Para Stoer (2004), o exercício da própria cidadania tornou-se dependente do fato de se ter um trabalho. E ser excluído, significou, em larga medida, não ter lugar no processo de trabalho.

Reiterar, em termos sociais, ser alguém, significa estar incluído no processo de trabalho, o que indica que a identidade depende em muito dos lugares que se ocupa na estrutura ocupacional derivada da organização do processo laboral. Neste sentido, Stoer (2004) ressalta que até a própria cidadania parece ter suas origens no processo de trabalho e na relação salarial.

O trabalho era definido, até bem pouco tempo, como estando intimamente ligado à categoria social de profissão ou à ocupação. O trabalho era um conjunto de gestos técnicos e atitudes individuais e grupais normalmente desenvolvidas no âmbito de uma instituição, na qual estas atividades de trabalho têm lugar (STOER, 2004).

Unificado sob o rótulo de uma ocupação, o trabalho mostrou-se central para a construção da identidade dos indivíduos.

A noção de pobreza, por fundar-se na identidade de ausências ou de carências, é restritiva e difunde a ignorância das potencialidades e das possibilidades dos talentos de homens e mulheres. A noção de carências transforma homens e mulheres em necessitados reiterando-os do reconhecimento social em que se funda sua dignidade e autoestima. A pobreza ainda é tratada de forma personalizada e não sócio-econômico-política, sob a leitura de indivíduos/individualidades pobres porque carentes de posses financeiras para realizar a satisfação de suas necessidades através do consumo no mercado (STOER, 2004).

Confrontar a exclusão na sua relação com a inclusão é colocar o debate no patamar ético-político, como uma questão de justiça social. É este patamar ético-político que traz possibilidades de novas identidades em resposta às novas dinâmicas sociais.

3.5 Metodologia do Banco da Providência na promoção da Assistência Social

Valores e Princípios da Metodologia: o quadro de referência para a Assistência da Social no Banco Providência

O respeito à dignidade da pessoa humana é o valor fundamental da metodologia. Este valor que norteia toda a obra de Dom Hélder Câmara é o fio condutor metodológico para a ação de capacitação, fio condutor do novo paradigma da assistência social.

Este é o marco que distingue os fins desta metodologia, seus objetivos e garante os princípios para a sua atuação.

A fundamentação para a metodologia traz as marcas que revelam a opção em colaborar para a construção de uma sociedade igual e fraterna. Partindo deste pressuposto, é necessário forte investimento na capacitação das equipes de atuação. A autora Maria do Carmo Brant Carvalho Falcão (1979), que desenvolveu estudos para alinhar conceitos como valores, princípios, objetivos e finalidades em uma metodologia de Serviço Social, apresenta os valores para a atuação dos assistentes sociais. São estes mesmos valores que orientam a prática exercida no Banco da Providência. Vejamos:

- a pessoa humana, enquanto capaz de se autodeterminar, de ser livre, de se realizar, capaz de intervir e transformar a realidade em que se insere;
- a exigência de provisão de condições psicossociais que garantem ao homem e ao grupo a sua integridade, expressão e expansão;
- a positividade humana, isto é, a capacidade que tem o Homem de crescer e fazer crescer a sociedade em que se insere. Há uma credibilidade na direção tomada pelo homem e consequentemente pela sociedade na busca de seu progresso e seu desenvolvimento;
- a segurança, como clima necessário do desenvolvimento efetivo do homem e sociedade. (FALCÃO, 1979, p.16).

Acrescentando, ainda:

- contribuir para que as contradições da realidade em que vivemos gerem uma expressão e ação comprometidas com a transformação. A ação humana deixa de ser pragmática neutra e conformista, e torna-se uma ação transformadora.

De acordo com estes valores e princípios preconizam-se oportunidades de exercício pleno da vida física, mental e espiritual do homem objetivando, em outras palavras, o desenvolvimento humano e social (FALCÃO, 1979).

Assim, não basta a elevação dos níveis de renda ou oportunidade de instrução e emprego, mas devem-se buscar condições concretas de desenvolvimento humano e social (FALCÃO, 1979).

A amplitude da metodologia é para além de ensinar uma profissão. Quer contribuir para transformar esta sociedade em uma sociedade igualitária, que venha a se inserir no marco do respeito aos direitos humanos. Um contraponto à violência que permeia o cotidiano de jovens e adultos que continuam chegando à idade de ingressar no mercado de trabalho e não tiveram oportunidade de acesso à educação de qualidade.

É fundamental ampliar o recorte habitual do que se ensina, pois, não apenas podem-se transmitir didaticamente as matérias, mas também se pode ensinar através do nosso modo de nos relacionar.

É neste ponto que a contribuição do educador Paulo Freire é referência no processo inclusivo do Banco da Providência:

Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer, sua ação trans-formadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. (FREIRE, 1985, p. 15).

Um dos valores fundamentais na obra de Paulo Freire é a sua crença na educação como decorrência de uma fé no significado e no destino da pessoa humana. A autora Vera Barreto cuidadosamente reuniu e transcreveu na publicação “Paulo Freire para Educadores”, contribuições e marcas do pensamento deste pedagogo, cuja pedagogia inspirou a criação dos Centros da Providência (1964) e neles é praticada até os dias atuais.

Para Paulo Freire (1985) toda pessoa deve ser vista como:

Um ser de relação – “O ser humano é um ser de relações e não só de contatos. Porque está com a realidade, na qual se acha, é que se relaciona com ela”.

Um ser em busca de sua completude – “A consciência de ser inacabado dá as pessoas a possibilidade de irem além delas. Ao construir o mundo homens e mulheres se completam se humanizam”.

Um ser capaz de transcender – “A transcendência do ser humano está na raiz de sua finitude. Na consciência que tem desta finitude. Do ser inacabado que é e cuja finitude se acha na ligação com o seu Criador. Ligação que pela própria essência jamais será de dominação, mas sempre de libertação.”

Um sujeito de sua história – “Ao perceber o ontem, o hoje e o amanhã, o ser humano percebe a consequência de sua ação sobre o mundo, nas diferentes épocas históricas. Se torna o sujeito de sua história e por isso responsável por ela.”

A perspectiva de colaborar para o desenvolvimento humano concentra esforços na superação da desigualdade social. O economista Amartya Sen, em 1990, trouxe esta questão para o centro do debate e gerou a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Considera outras dimensões que não exclusivamente econômica quando se trata de aferição no desenvolvimento de uma

população. Traz a noção muito importante de que o desenvolvimento humano “é o empoderamento de indivíduos e comunidades”. A grande vantagem ao se adotar o IDH “é conceber políticas sociais que caminhem na direção de reduzir desigualdades” (PEREGRINO, 2001).

3.6 Agência da Cidadania: Trajetória em 37 anos

A Agência da Cidadania é o resultado de análises feitas sobre uma das principais demandas atendidas pelo Banco da Providência: o egresso do Sistema Penitenciário. A meta é oferecer capacitação para o trabalho e oportunidades de emprego em vagas captadas com Empresas Parceiras da Empregabilidade.

O Banco da Providência é uma das instituições fundadoras da Rede de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário (RAESP) da qual faz parte um conjunto de 10 instituições que oferece apoio aos egressos.

Esta Agência é mais uma das ações do Banco em complementaridade às políticas públicas. Dados do Ministério da Justiça, divulgados pelo Departamento Penitenciário Nacional, preveem um crescimento em progressão geométrica da população carcerária no Brasil e hoje temos uma taxa de reincidência de 75%. Este dado mostra a importância de ações efetivas de apoio aos que são egressos do Sistema Penitenciário.

Em 2012, a Agência da Cidadania ofereceu quatro Cursos de Formação para o Mundo do Trabalho, com 25 alunos em cada turma. Foram matriculados 100 egressos de ambos os sexos, e acompanhamento com 50 do ano anterior, totalizando 150 participantes.

No programa enfocamos o fortalecimento da autoestima, o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias ao trabalho em equipe, cooperação e ética. Também são trabalhadas a valorização da comunicação positiva no mundo do trabalho, valorização da família e os cuidados com a saúde, com foco na dependência química.

Ao final do curso os egressos fazem um Plano de Atitudes com a identificação de seus objetivos, habilidades e potencialidades para retornarem ao trabalho. A partir daí são encaminhados para a Agência de Capacitação ou Agência de Empregos. A finalização deste processo ocorre com a inclusão no trabalho.

Justificativa

Para o cidadão que acaba de sair do sistema penitenciário, a exclusão vem sendo agravada por dois fatores significativos: a retração do Estado em promover Políticas Públicas, em busca de reintegrá-lo na sociedade e no mercado de trabalho, e o estigma criado pela sociedade acerca do universo carcerário.

Em março de 2010, o Serviço Social do Egresso, passou por uma transformação em sua metodologia de atendimento. Até 2007, o atendimento aos usuários era mensal, com a concessão de cestas de alimentos e atendimento social, em caráter assistencial. Desde que a nova metodologia foi implementada, o nome da agência foi alterado em consequência do uso da nomenclatura egresso que estigmatizava ainda mais o nosso público alvo na sociedade. Como a proposta é a desmistificação da questão que gira em torno da rotulação dos egressos em face à sociedade, atribuir maior visibilidade ao projeto devido à demanda seria uma estratégia importante para que essa agência fosse batizada de “Agência da Cidadania”. Assim a filosofia passa ser a do resgate da cidadania, pois na atual conjuntura ela não é contemplada em sua plenitude.

Hoje, este setor amplia sua finalidade construindo uma proposta de trabalho que contribua para o desenvolvimento do ex-presidiário em seu contexto social, familiar, cultural e econômico.

Objetivo Geral: Colaborar para a formação de pessoas que cumpriram ou cumprem penas privativas de liberdade (egressos). Desenvolvendo atitudes e habilidades para criar melhores condições de vida e colaborar para o aumento da renda familiar.

Objetivos Específicos:

- Desenvolver habilidades e atitudes para o trabalho, desenvolvimento da cidadania e da cultura da paz;
- Mobilizar todos os alunos para ingresso nos programas de aumento de escolaridade;
- Capacitar profissionalmente e inseri-los no mercado formal de trabalho, para a geração de renda;

- Promover à reintegração do ex-presidiário no contexto familiar, na sociedade e no mercado de trabalho.

Atividades do projeto Agência da Cidadania

O projeto consiste das seguintes etapas:

1) Desenvolvimento Humano – Programa de formação para o mundo do trabalho: 30 horas de palestras, dinâmicas e atividades que trabalham os seguintes temas: identidade, família, cidadania e inserção social, dependência química e relação com o grupo; Encaminhamento para programas de aumento de escolaridade;

2) Capacitação – Capacitação nos cursos de Mecânica de refrigeração, Mecânica de Automóveis, Eletricista, entre outros;

3) Trabalho e renda – Encaminhamento para parceria com SECONCI para capacitação em construção civil; Encaminhamento para empregos formais⁶.

Parcerias

Além de compor a RAESP, a Agência da Cidadania constituiu parceria de empregabilidade com a Companhia Estadual de Água e Esgoto do Estado do Rio de Janeiro (CEDAE). Essa Companhia desenvolveu o projeto “Replantando Vidas⁷” em parceria com a Fundação Santa Cabrini (Gestora do trabalho prisional no Rio de Janeiro). Dessa forma, a empresa recebe mão de obra de egressos e presos que estejam em liberdade condicional para trabalho em suas dependências. A iniciativa empreendida pela CEDAE respeita as determinações da Lei de Execução Penal (LEP) no que se refere ao trabalho prisional.

Outra parceria recente (2011) é a do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), via Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. O CNJ possui o *Programa Começar de Novo*

⁶ Ao todo são nove meses de acompanhamento.

⁷ O Projeto “Replantando Vidas”, anteriormente chamado de Trabalhando pela Liberdade, da CEDAE foi idealizado pelo senhor Alcione Duarte. Nesse projeto são recebidos presos com bom comportamento e egressos para produzir mudas em cinco viveiros da Estação Elevatória de Guandu no Município de Nova Iguaçu da empresa CEDAE e fazer o Replântio. Os trabalhadores recebem salário, no caso do preso $\frac{3}{4}$ do salário mínimo e tem sua pena diminuída, isto é, para cada 3 dias trabalhados menos 1 dia de pena.

que em parceria com empresas e instituições públicas e privadas, destina vagas de cursos e emprego para presos e egressos prisionais.

Nesse contrato firmado eles têm toda garantia de direitos trabalhistas e caso realizem algum curso podem ter carga horária reduzida de trabalho. Portanto verifica-se que existe uma proposta de inclusão no sentido de oferecer o ingresso ou re-ingresso ao mercado de trabalho e ao mesmo tempo incentivá-los quanto ao estudo. Toda essa dinâmica não é desprendida do acompanhamento de uma equipe de psicólogos e assistentes sociais.

A proposta da Agência da Cidadania é de inclusão social e o curso oferecido pela instituição tornou-se a principal intervenção junto a pessoas que cometeram delitos. O reconhecimento por parte de órgãos públicos e outras instituições afirma à necessidade de adequação de serviços e atendimentos que possam diminuir os danos causados pela passagem pelo cárcere.

3.7 Rede de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário

O conceito de redes sociais indica a ação de organizações que atuam sobre um mesmo objetivo. Sua formação está associada à cooperação no sentido de obter uma atuação eficiente, tendo como característica o fortalecimento de grupos que tem ideais comuns.

Conforme Scherer-Warren (1999 *apud* SILVA, 2012, p. 117) a noção de rede refere-se a uma estratégia de ação coletiva, baseada numa cultura solidarística, cooperativa, horizontalizada e mais democrática, para uma nova forma de organização da sociedade. Ainda na apreensão da autora as redes relacionam-se com o tecido social, isto é com o sistema social e com as relações preexistentes.

Essa articulação será direcionada a uma questão que demanda intervenção seja ela governamental ou não. Nesse caso será formada uma *rede de compromisso social* em que sociedade civil e o governo apresentarão propostas para a resolução da questão.

A rede será caracterizada pela autonomia e interdependência nas relações entre as organizações participantes. Nas suas ações articulam diferentes tipos de recursos o que permite um maior alcance dos serviços. E o interessante nesse movimento de união é permitir dar visibilidade ao que se está defendendo.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), o trabalho em rede deve estar relacionado com a realidade que se apresenta e os desafios postos no cotidiano o que exige um enfrentamento de forma integrada e articulada (BRASIL, 2004, p.48).

A instituição Banco da Providência através da Agência da Cidadania articula suas ações com base em estratégias em rede. Dessa forma, foram constituídas parcerias, fora as redes internas (Agência de Emprego, Agência de Capacitação, Agência Emaús, Empreendimentos Populares). Essas parcerias estão relacionadas a um público comum: os egressos prisionais e suas demandas.

A Agência da Cidadania faz parte da Rede de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário (RAESP), que teve sua fundação no ano de 2006 com o objetivo de integrar ações para promover a cidadania dos apenados do sistema. A proposta surgiu de instituições públicas e do terceiro setor que já atuavam nesta temática mobilizando esforços para juntas atender esse público e seus familiares.

Os integrantes da RAESP consideram que suas ações estão direcionadas para a sensibilização do empresariado, para contratação do egresso, impelir o Estado a criar políticas de inclusão e por em debate à problemática do egresso que não é discutida pela sociedade.

Compõem a referida Rede as seguintes instituições: Banco da Providência, Fundação Santa Cabrini, Pastoral Carcerária, Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela, Centro Integração Social e Cultural (CISC “Uma Chance”) e alguns membros individuais.

A RAESP não tem uma caracterização jurídica e seus membros possuem autonomia nas suas deliberações. A constituição dessa rede partiu de esforços de instituições públicas e privadas que pretendem atuar pela causa do egresso penitenciário, cuja principal demanda é a inclusão pelo trabalho.

Para a elaboração e determinações propostas às ações são realizadas quinzenalmente reuniões de forma rotativa em cada instituição participante. Nessas reuniões são discutidos temas relevantes sobre o que tem sido feito pela inclusão dos apenados em cada instituição e propostas para criação de fóruns.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, apresentaremos os resultados e discussão dos dados obtidos através da pesquisa realizada com os egressos do sistema penitenciário que participaram da Agência da Cidadania, projeto este desenvolvido pelo Banco da Providência, conforme a exposição metodológica apresentada neste relatório. Os dados serão apresentados utilizando o recurso de gráficos e tabelas para ilustrar os resultados, destacando as variáveis de análise definidas nos objetivos propostos para esta pesquisa. A coleta de dados teve início no mês de junho de 2012 e finalizou em novembro de 2012. Foram entrevistados para esta pesquisa, vinte e oito (28) egressos do sistema penitenciário que participaram do curso de Preparação para o Mundo do Trabalho. Tratam-se das turmas do ano de 2010, e que foram incluídos, posteriormente, no mercado de trabalho.

4.1 Perfil dos entrevistados

Neste item, apresentaremos o perfil dos entrevistados considerando as seguintes variáveis: sexo; faixa etária; escolaridade; arranjo familiar; renda mensal familiar e local de origem.

4.1.1 Sexo

No que se refere ao sexo, a pesquisa identificou que do total (28) de entrevistados, 96% (27) são pessoas do sexo masculino e 4% (01) são pessoas do sexo feminino, conforme mostra o gráfico 1:

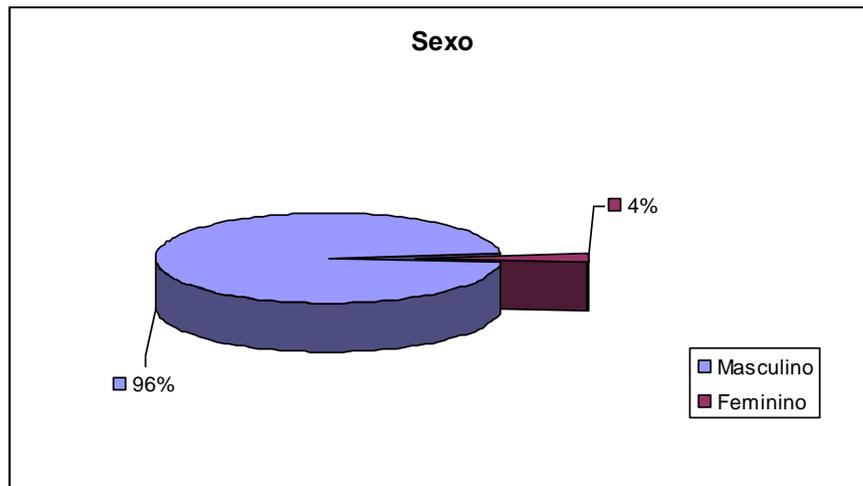


Gráfico 1 – Sexo

Fonte: Pesquisa realizada entre os meses de junho a novembro de 2012, com os egressos do sistema penitenciário que participaram do Projeto Agência da Cidadania, em 2010, no Banco da Providência.

Notamos, através de estudos e pesquisas já existentes, que no universo carcerário, predominam-se pessoas do sexo masculino. Segundo dados estatísticos do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (INFOPEN⁸ – Referência dez/2011), atualmente existem cerca de 514.582 presos no Brasil, sendo que, desse total, 34.058 são pessoas do sexo feminino, representando 7% (BRASIL, 2012)

Evidentemente, esses resultados refletem nas políticas e programas sociais destinadas a essa população. Estudos realizados em políticas e programas de atendimento aos egressos do sistema penitenciário também mostram a predominância masculina nos presídios. A pesquisa realizada por Madeira (2008) analisa o perfil dos egressos de quatro programas de apoio ao egresso⁹. Nestes, a presença do sexo masculino é de mais de 90%.

⁸ O INFOPEN foi lançado em setembro de 2004, em Brasília, pelo Ministério da Justiça. Trata-se de um programa de coleta de dados, com acesso via internet, que será alimentado pelas secretarias estaduais com informações estratégicas sobre os estabelecimentos penais e a população prisional. Até então o Brasil não dispunha de um banco de dados com informações frequentemente atualizadas sobre o sistema penitenciário, o que dificulta a atuação estratégica do governo federal em relação ao tema. Além da importância para a divulgação estatística, o objetivo do governo é usar o INFOPEN como uma ferramenta de gestão no controle e execução de ações, articuladas com os estados, para o desenvolvimento de uma política penitenciária nacional integrada (PIRES & GATTI, 2006, p. 59-60).

⁹ A pesquisa foi realizada em dois programas públicos, a saber: Agente da Liberdade, no Rio de Janeiro/ RJ e Programa de Acompanhamento Social, em Porto Alegre/RS. E, em dois programas da sociedade civil: Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário (FAESP), em Porto Alegre/RS e Pró-Egresso, de Maringá/PR (MADEIRA, 2008).

4.1.2 Faixa etária

Sobre a idade dos entrevistados, a pesquisa constatou o seguinte quadro: 7% (02) têm idade entre 18 a 29 anos; 72% (20) entre 30 a 45 anos; e os demais 21% (06) encontram-se na faixa etária entre 46 a 60 anos. Conferir gráfico 2:

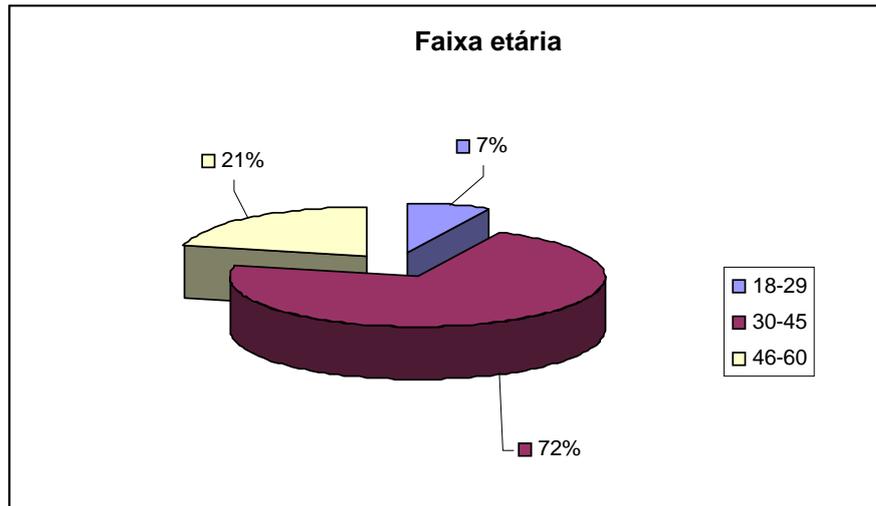


Gráfico 2 – Faixa etária

Fonte: Pesquisa realizada entre os meses de junho a novembro de 2012, com os egressos do sistema penitenciário que participaram do Projeto Agência da Cidadania, em 2010, no Banco da Providência.

Observa-se que os resultados mostram um número expressivo de egressos (72%) com idade variando entre 30 a 45 anos, o que nos faz supor que foram presos ainda jovens. Segundo dados do IINFOPEN, 28% dos presos tem faixa entre 18 a 25 anos (BRASIL, 2012).

De fato, a pesquisa realizada em programas de atendimento à população egressa do Sistema Penitenciário do estado de São Paulo¹⁰ (ILANUD, 2004), a média de idade dos entrevistados dos três programas analisados foi de 33 anos de idade. Entretanto, esta pesquisa revela que a disparidade de idade entre os atendidos é muito grande, e mesmo havendo uma grande parte deles na faixa dos vinte anos de idade, há entrevistados com idade suficientemente alta para elevar

¹⁰ A pesquisa foi realizada pelo Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a prevenção do delito e tratamento do delinquente (ILANUD) em três programas existentes no Estado de São Paulo: Projeto Clareou; Projeto Espaço Livre; e Programa de Atendimento a Egressos da Secretaria de Administração Penitenciária do estado de São Paulo (SAP).

significativamente a média etária. Há, portanto, alguma heterogeneidade no que diz respeito às idades dos egressos.

4.1.3 Escolaridade

Quanto à escolaridade, verifica-se, através dos dados coletados, que 47% (13) têm o ensino fundamental incompleto; 14% (04) têm o ensino fundamental completo; 18% (05) possuem o ensino médio incompleto; 7% (02) têm o ensino médio completo; e 14% (04) possuem o ensino superior incompleto. De acordo com a tabela 1.

ESCOLARIDADE	ABS	(%)
Ensino fundamental incompleto	13	47
Ensino fundamental completo	4	14
Ensino médio incompleto	5	18
Ensino médio completo	2	7
Ensino superior incompleto	4	14
Total	28	100

Tabela 1 – Escolaridade

Fonte: Pesquisa realizada entre os meses de junho a novembro de 2012, com os egressos do sistema penitenciário que participaram do Projeto Agência da Cidadania, em 2010, no Banco da Providência.

Os dados sobre a escolaridade identificam uma expressividade (47%) para o ensino fundamental incompleto, podendo representar aproximadamente um período de apenas 06 anos de estudos. A escola pode representar um referencial positivo na vida das pessoas, sendo a permanência nesta pelo maior tempo possível, um mecanismo de contribuição para a redução da criminalidade. Sendo, inclusive, um direito previsto na legislação.

Os dados acima se aproximam de pesquisas realizadas em nível nacional pelo DEPEN, em relação ao grau de instrução, quando se observa que 8,15% dos presos são analfabetos; 14,35% são alfabetizados; 44,76% possuem o ensino fundamental incompleto; 12,02% possuem o ensino fundamental completo; 9,36% o ensino médio incompleto; 6,81% o ensino médio completo; 0,9% o ensino superior

incompleto; 0,43% o ensino superior completo; e menos de 0,1% nível acima do superior completo (BRASIL, 2009).

4.1.4 Arranjo familiar

A pesquisa também se preocupou em verificar os arranjos familiares dos entrevistados. De acordo com os dados obtidos, o arranjo familiar dos entrevistados é composto pelo seguinte quadro: 46% (13) são de família nuclear; 25% (07) são de família extensa, 25% (07) moram sozinhos; e 4% (01) são de família monoparental. Conforme mostra o gráfico 3:

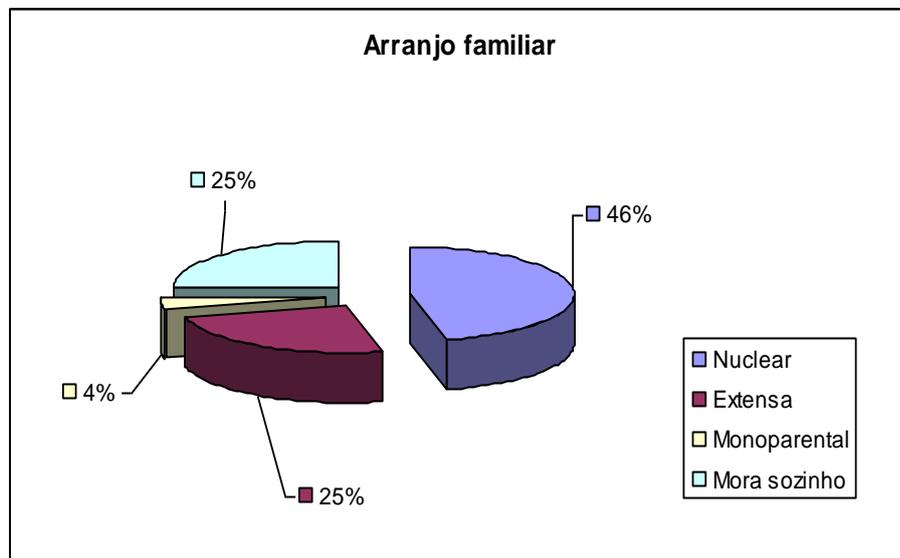


Gráfico 3 – Arranjo familiar

Fonte: Pesquisa realizada entre os meses de junho a novembro de 2012, com os egressos do sistema penitenciário que participaram do Projeto Agência da Cidadania, em 2010, no Banco da Providência.

Observamos neste estudo que a predominância ainda é a família nuclear que contabiliza 46% do total de entrevistados. Estudos recentes sobre a família apontam a existência de uma multiplicidade de tipos de família, tais como: Família Extensa – formada por pai, mãe, irmãos, filhos, sogros, tios, primos, cunhados; Família Nuclear – formada por pai, mãe e filhos; Família Monoparental – formada por um dos pais e seus filhos (MIOTO, 1997). Entretanto, a família nuclear, embora venha perdendo espaço, ainda permanece predominante no Brasil e no mundo.

Em décadas recentes, as famílias brasileiras vêm passando por transformações e reconfigurações, o que nos faz pensar na impossibilidade de entender a família com base em um modelo único ou ideal, tal qual o tradicional casal com filhos (SILVA, 2007). Tais alterações na família encontram-se relacionadas às recentes transformações da sociedade.

Goldani (*apud* SILVA, 2007) enfatiza algumas características que perpassa a reconfiguração das famílias brasileiras, no início da década de 1990: a redução do número de filhos; o predomínio das famílias nucleares; o aumento significativo das famílias monoparentais, com predominância das mulheres como chefes; o aumento das famílias recompostas; e o aumento de pessoas que vivem sós. Portanto, Mito (1997) sugere que não é mais pertinente falar de família, mas de “famílias”.

Para Mito (1997, p. 116), a família é uma instituição social construída pela cultura, pelo movimento da história e das relações socioeconômicas da sociedade. Sendo historicamente condicionada, ela é também dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida. Essa perspectiva se contrapõe ao entendimento de que a família é um grupo natural, limitado à essência biológica do homem e à sua continuidade através da consanguinidade e da filiação.

Mas a análise do arranjo familiar, considerando o horizonte da população carcerária no Brasil, não tem sido problematizada. Observa-se a inexistência de dados indicativos do perfil carcerário brasileiro no que se refere à estrutura familiar (BRASIL, 2009, p. 74). Entretanto, ressaltamos a importância de problematizar o contexto familiar, principalmente no sentido de contribuir para o fortalecimento do trabalho com os egressos.

Ainda para compor o arranjo familiar dos entrevistados, apresentamos na tabela 2, o número de membros que compõe essa família. Nestas famílias, 29% (8) possuem entre 2 a 3 membros; 25% (07) entre 4 a 5 membros; 14% (04) entre 6 a 7 membros; 7% (02) acima de 8 membros; e 25% (07) moram sozinhos.

NÚMERO DE PESSOAS	ABS	(%)
De 2 a 3 membros	8	29
De 4 a 5 membros	7	25
De 6 a 7 membros	4	14
Acima de 8 membros	2	7
Mora sozinho	7	25
Total	28	100

Tabela 2 – Número de pessoas que compõem a família

Fonte: Pesquisa realizada entre os meses de junho a novembro de 2012, com os egressos do sistema penitenciário que participaram do Projeto Agência da Cidadania, em 2010, no Banco da Providência.

Ao analisar os dados sobre o número de pessoas que compõem a família, nota-se que uma significativa parcela dos entrevistados vive em famílias pequenas. Ao confrontar os dados da pesquisa com a realidade das famílias brasileiras, é possível observar que essa tendência está presente no Brasil. A tradicional família brasileira está cada vez menor. Segundo o Censo (IBGE, 2010), a média nacional é de dois filhos por casal, perfazendo assim um total de 04 membros na família. Para corroborar tal afirmação, o IBGE (2010) menciona que, na última década, a taxa de fecundidade caiu em todo o Brasil, como mostram os dados a seguir: no Sudeste, 21%; no Sul, quase 22%; no Norte, 23%; e no Nordeste, 25%. A mais baixa taxa de fecundidade está no Rio de Janeiro. Em média, são 1,62 filho por mulher. A mais alta está no estado do Acre: 2,77 filhos por mulher.

4.1.5 Renda mensal familiar

Para compor a configuração da família dos entrevistados, a pesquisa buscou analisar a variável renda mensal familiar. Conforme ilustra a tabela 3, 11% (03) possuem renda de até 1 salário mínimo; 32% (09) possuem renda acima de 1 a 2 salários mínimos; 25% (07) possuem renda entre 2 ½ a 3 salários mínimos; e os demais 32% (09) possuem renda acima de 3 ½.

RENDA FAMILIAR	MENSAL	ABS	(%)
Menor que 1 sm		3	11
Acima de 1 a 2 sm		9	32
De 2 ½ a 3 sm		7	25
Acima de 3 ½ sm		9	32
Total		28	100

Tabela 3 – Renda Mensal Familiar

Fonte: Pesquisa realizada entre os meses de junho a novembro de 2012, com os egressos do sistema penitenciário que participaram do Projeto Agência da Cidadania, em 2010, no Banco da Providência.

De acordo com os dados mencionados na tabela acima, pode-se considerar que se trata de famílias de baixa renda, na medida em que, se somarmos os percentuais que abrangem a faixa salarial menor que 1 a 3 salários mínimos, encontraremos 68% dos entrevistados que se estão nesta faixa.

Do mesmo modo, os dados obtidos na pesquisa realizada pelo ILANUD (2004), no que se refere à renda familiar, também revelaram situação delicada. Sem renda familiar nenhuma é como se declararam 9,76% dos entrevistados; 16,26% dos egressos vivem em famílias cuja totalidade dos membros percebe até 1 salário mínimo; 30,08% declararam renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos mensais; e 29,27% declararam ter renda familiar superior a dois salários mínimos por mês.

Estes dados não podem ser analisados, sem que se faça uma referência ao contexto da crise econômica que assolou o Brasil, principalmente a partir da década de 1990, onde o país colocou em prática programas de ajuste estrutural e de estabilização econômica para moldá-lo à nova ordem social econômica (ALENCAR, 2004, p. 65).

Tais condições políticas, econômicas e sociais tiveram reflexos nos níveis de emprego e desemprego e, conseqüentemente, nas condições de vida e trabalho das famílias brasileiras. O desemprego e a precarização do trabalho repercute de forma direta na vida dos trabalhadores.

É nesse cenário, em que se conjugam a falta de empregos, trabalho precário, deterioração das condições e relações de trabalho, que os trabalhadores e suas famílias enfrentam o seu cotidiano, permeado, muitas vezes, de situações em que predomina a violência no seu modo de vida. (ALENCAR, 2004, p. 76).

4.1.6 Local de origem

Nesta pesquisa, questionou-se também o local de origem do entrevistado. Conforme dados obtidos através da pesquisa, ilustrado no gráfico 4, 57% (16) dos entrevistados são oriundos do município do Rio de Janeiro; 25% (07) são oriundos do município de Niterói; e os demais 18% (05) são oriundos dos municípios que compõem a baixada fluminense.

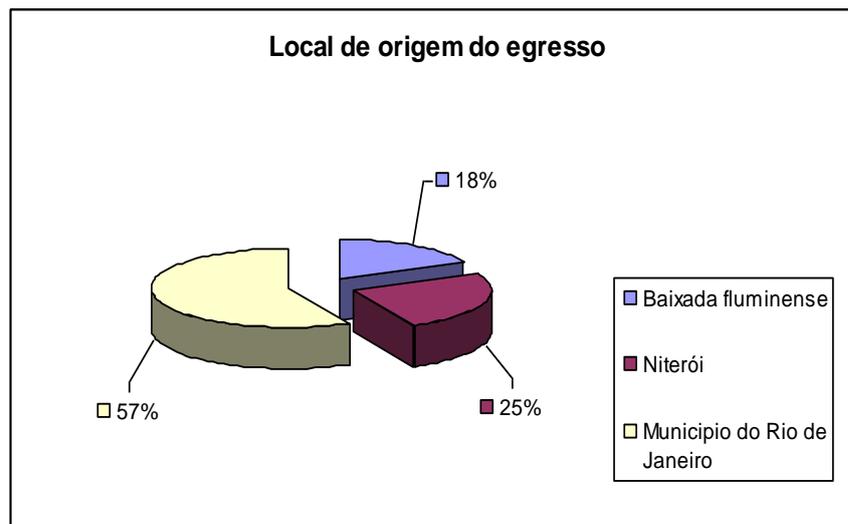


Gráfico 4 – Local de origem do egresso

Fonte: Pesquisa realizada entre os meses de junho a novembro de 2012, com os egressos do sistema penitenciário que participaram do Projeto Agência da Cidadania, em 2010, no Banco da Providência.

Sobre a localização geográfica de moradia do egresso, vimos, através do gráfico acima que uma parcela considerável (57%) é oriunda do município do Rio de Janeiro, e estão localizados em bairros periféricos tais como: Vila Kennedy; Vila da Penha, entre outros.

Na pesquisa realizada pelo ILANUD (2004), pode-se observar que a maioria dos entrevistados declarou residir nas regiões periféricas da cidade. Entre os egressos que habitavam, no período da entrevista, a vasta maioria declarou residir nas periferias das zonas Leste e Sul (essas apresentaram a maior incidência), além de Norte e Oeste. Entre os que se declararam viver em regiões não periféricas, a maioria afirmou que residiam em bairros decadentes da região central de São Paulo – Centro Velho, Brás e Liberdade, por exemplo.

4.2 Sobre os índices de reincidência criminal dos egressos

A questão da reincidência¹¹ criminal tem sido analisada pela literatura (ADORNO & BORDINI, 1986; ILANUD, 2004; MADEIRA, 2008) como produto da falência da pena de prisão como instrumento de ressocialização e reintegração social e do descumprimento da Lei de Execução Penal (LEP), no qual o impacto negativo no que se refere ao aumento dos índices de criminalidade é ameaçador. Para Madeira (2008), esse dado vem corroborar, contrário à defesa das normas legais, que as penas só têm caráter redistributivo ao crime cometido, isto é, o sistema judiciário-criminal incumbe-se de tirar o criminoso do convívio social por determinado período de tempo, fazendo com que pague com a reclusão o fato que cometeu. Entretanto, ao conquistar a liberdade, o sistema não lhe oferece condições de retornar à sociedade como cidadão apto a reintegrar-se, culminando em índices alarmantes de reincidência.

De fato, ao considerar os dados de pesquisas anteriores do ILANUD/Brasil sobre os índices de reincidência prisional, observa-se que 70% dos apenados em regime fechado voltam a praticar crimes após o cumprimento de suas penas. De outro modo, sete de cada dez pessoas que saem do sistema prisional reincidem em práticas criminosas (ILANUD, 2004).

O elevado índice de reincidência da população egressa mostra que uma política destinada a fornecer amparo a essa parcela da população – e, portanto, que busque evitar que essas pessoas retornem ao crime – é medida que se insere genericamente na estratégia de prevenção criminal recomendada pela Declaração de Viena aos países membros da ONU (ILANUD, 2004, p. 11).

Conforme Madeira (2008), em consequência da falência da prisão como instituição direcionada a inibir a criminalidade, da preocupação do Estado em reduzir os altos índices de reincidência e da necessidade de implementação efetiva da LEP referente aos egressos do sistema penitenciário, surgem, a partir da década de 1990, programas de apoio¹².

¹¹ O termo “reincidência” origina-se do latim “recidere” e significa a reiteração de qualquer ato delituoso. Para Reis (2001), no sentido jurídico-penal, é a situação do indivíduo que volta a praticar delitos depois de haver sido julgado, por um ou mais crimes anteriores.

¹² “A partir dos anos 1990 surgem programas de apoio na maioria dos Estados: 27 programas, distribuídos em 17, das 27 unidades da Federação. No final da década de 1990, duas iniciativas

Nesse sentido, iniciam-se algumas experiências de programas por meio da iniciativa dos poderes públicos estaduais e municipais, e da sociedade civil – universidades, cooperativas, fundações e Organizações Não-Governamentais (ONGs) – que objetivam a reinserção social, com uma atuação baseada no tripé: trabalho, escolarização/profissionalização e saúde (MADEIRA, 2008).

A implementação desses programas nos âmbitos estadual e municipal desperta o interesse em âmbito federal, em órgãos do Ministério da Justiça, como o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC) e a Secretaria de Reinserção Social, do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), ambos preocupados em desenvolver uma política mais abrangente de apoio a egressos em todo país (MADEIRA, 2008, p. 23).

O projeto Agência da Cidadania faz parte desse conjunto de programas e tem utilizado como instrumento de reinserção social dos egressos o tripé mencionado acima. Por isso, nesta pesquisa realizada com os egressos que participam deste projeto, buscou-se identificar o índice de reincidência criminal. Vimos, através do gráfico 5, que 97% dos egressos não são reincidentes e apenas 3% dos egressos são reincidentes¹³.

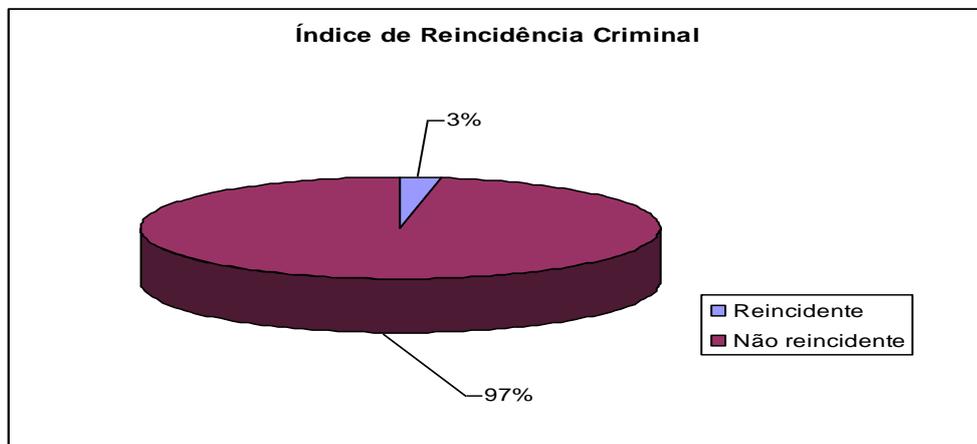


Gráfico 5 – Índice de Reincidência Criminal

Fonte: Pesquisa realizada entre os meses de junho a novembro de 2012, com os egressos do sistema penitenciário que participaram do Projeto Agência da Cidadania, em 2010, no Banco da Providência.

acabam reforçando a criação desses programas: em 1997 a Igreja Católica lança a Campanha da Fraternidade com o tema “A fraternidade e os encarcerados”, incentivando a participação da sociedade; a partir de 2000 o Ministério da Justiça e a Secretaria Nacional de Segurança Pública passam a conceder financiamento público para o desenvolvimento de projetos de redução da violência” (MADEIRA, 2008, p. 23).

¹³ Esta avaliação foi realizada com o total de 40 egressos que participaram do projeto Agência da Cidadania.

Os dados mostram que a combinação de trabalho aliado à escolarização e profissionalização e, também, à saúde, pode contribuir significativamente para que se reduzam os índices de reincidência criminal. Concordamos com as reflexões do ILANUD (2004, p. 104) ao afirmar que, o objetivo de um programa de atendimento à população egressa não deve ser apenas reduzir a reincidência – embora seja uma meta a ser conquistada. Entretanto, um programa de atendimento a egressos deve, também, buscar a promoção da plena reintegração social do ex-presidiário.

Entre todas as formas possíveis para a consecução dessa meta, a mais aceitável parece ser a criação de condições para que o egresso gere sua própria renda. Em primeiro lugar, porque tanto para o egresso, quanto para sua família e sua comunidade, o provimento do próprio sustento (e também do sustento de sua família) é o sinal mais evidente que se pode dar de integração social. Ademais, é inegável que, dentro da atual escala de valores sociais, a autonomia financeira obtida através de trabalho lícito ocupa posição de primazia (ILANUD, 2004, p. 104).

Nesse sentido, o objetivo central de um programa de atendimento a egressos deve ser o de oferecer condições para que os egressos possam produzir a sua própria renda, pois isso poderá proporcionar condições financeiras favoráveis para uma vida digna, e, também, facilitará a sua reinserção à família e à comunidade. (ILANUD, 2004).

Os índices sobre a mortalidade podem complementar o quadro acima, visto que, a mortalidade e o retorno ao mundo do crime são duas questões que têm sido trabalhadas nos diversos espaços institucionais a fim de minimizar esse panorama sombrio. Neste universo pesquisado, a taxa de mortalidade é de 0%. Ou seja, não se constatou a morte de nenhum dos participantes do programa. Isso é de tudo relevante, pois avaliamos que o trabalho desenvolvido pelo Banco da Providência pode contribuir para o alcance desses índices.

Ao analisar a trajetória de vida dos egressos no Rio de Janeiro, Madeira argumenta que suas vidas são marcadas pelas experiências com o tráfico de drogas. A autora observa o “quanto este modo de vida pode oferecer poder, valorização, capital econômico” (2008, p. 292), e de forma mais direta que em outros tipos de criminalidade, o retorno ao tráfico, ou até mesmo ao local de origem é uma tentação frequente na vida dessas pessoas. Embora seja um mundo de sedução e de suas aparentes possibilidades, a única certeza que eles têm é a de que esta vida é curta, pois a morte ou o aprisionamento apresentam-se como o fim.

Para fazer frente a estas experiências, é preciso romper com esta vida e procurar novas possibilidades, geralmente voltando-se à família, à religião ou ao trabalho, precarizado, informal, mas honesto. Em termos de esperanças e oportunidades, não há grandes expectativas, a não ser a conquista diária de mais espaço, melhores condições e, principalmente, de uma vida tranquila, com dignidade. Sabendo que as grandes chances se foram, resta a construção de responsabilidades pessoais, a valorização por cuidar de si e dos outros, e neste aspecto, o programa e as redes constituídas a partir dele são fundamentais (MADEIRA, 2008, p. 292).

4.3 Sobre a inserção do egresso na Agência da Cidadania

Neste item, pretende-se expor dados que dizem respeito à inserção dos entrevistados no Projeto Agência da Cidadania, desenvolvido pelo Banco da Providência. Conforme exposto anteriormente, foram selecionados como sujeitos desta investigação, os egressos do sistema penitenciário que participaram da Agência da Cidadania e, posteriormente, incluídos no mercado de trabalho, seja através do Banco da Providência ou por conta própria. Nesse sentido, buscamos identificar de que forma os participantes chegaram até a instituição; se participaram ou não dos cursos de capacitação; e se buscaram outras capacitações após o desligamento do programa.

4.3.1 Procedência

Perguntamos aos entrevistados como chegaram até o Banco da Providência. Na tabela 4, vimos que 35% (10) chegaram até o programa através de indicação de ex-participantes¹⁴; 21% (06) tomaram conhecimento no presídio; 14% (04) através do Patronato Magarinos Torres¹⁵; 11% (03) por meio do Programa Agência de Família¹⁶; 7% (02) através de advogados; 4% (01) pelo Instituto Nelson Mandela¹⁷;

¹⁴ Alunos que alunos que conheceram o Banco da Providência através de ex-alunos que passaram pelo projeto.

¹⁵ O Patronato Magarinos Torres fica localizado no bairro de Benfica. Trata-se de um órgão da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), que se destina a prestar assistência ao egresso, orientar os condenados a Pena Restritiva de Direitos, fiscalizar o cumprimento da pena de Prestação de Serviço à Comunidade, limitação de final de Semana, colaborar com a fiscalização do Livramento Condicional e da Prisão Albergue Domiciliar.

¹⁶ Programa desenvolvido pelo Banco da Providência. As Agências de Famílias estão localizadas em 16 bairros e atendem a famílias de 104 comunidades. Por meio da capilaridade da Igreja Católica tem penetração nas comunidades onde os serviços públicos nem sempre têm presença.

4% (01) pelo Centro de Integração Social e Cultural – “uma chance” (CISC)¹⁸; e 4% (01) não se recordam.

PROCEDÊNCIA	ABS	(%)
Indicação de ex-participante do projeto	10	35
Soube no presídio	6	21
Patronato	4	14
Agência de Família	3	11
Advogada	2	7
Instituto Nelson Mandela	1	4
CISC	1	4
Não recorda	1	4
Total	28	100

Tabela 4 – Procedência

Fonte: Pesquisa realizada entre os meses de junho a novembro de 2012, com os egressos do sistema penitenciário que participaram do Projeto Agência da Cidadania, em 2010, no Banco da Providência.

Vimos, através dos dados da pesquisa, que a procedência maior identificada foi à indicação de ex-participantes (37%), de pessoas que passaram pelo Banco da Providência. Constatamos que os alunos que passaram pelo Projeto, é um recurso para a divulgação do Curso e apresenta legitimidade do trabalho.

4.3.2 Capacitação Profissional

Uma questão de fundamental importância diz respeito à capacitação profissional, visto que pode ser uma porta de acesso ao mercado de trabalho. Por

¹⁷ O Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela, é uma organização não governamental sem fins lucrativos, a primeira do Brasil fundada dentro de uma penitenciária, em 1989. Tem como objetivo principal defender os interesses dos presos e seus familiares, prestando assistência jurídica, social, educacional e cultural. Oferece atendimento jurídico aos apenados não fazendo distinção de classe, cor, credo e gênero, assistências aos familiares para diminuir a violência dentro e fora dos presídios e realiza atividades de lazer, cultural e de esporte junto à população carcerária, aos egressos e seus familiares. Localizada no centro do Rio.

¹⁸ Centro de Integração Social e Cultural (CISC) “Uma Chance”, formalmente instituída em 2002 é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sediada em São Gonçalo. Surgiu do Projeto Uma Chance que – realizado em uma das unidades prisionais do Estado do Rio de Janeiro – consistia no desenvolvimento de ações como oficina de informática, reciclagem de papéis e teatro para internos e seus filhos. Tem suas ações voltadas para comunidade local, jovens sob medida socioeducativa, população carcerária, egressos do sistema penitenciário e seus familiares.

isso, a pesquisa interessou em saber se os entrevistados participaram ou não dos cursos de capacitação oferecidos pelo Banco da Providência. No gráfico 6, percebe-se que, 71% (20) dos entrevistados participaram dos cursos de capacitação; e 29% (08) não participaram.

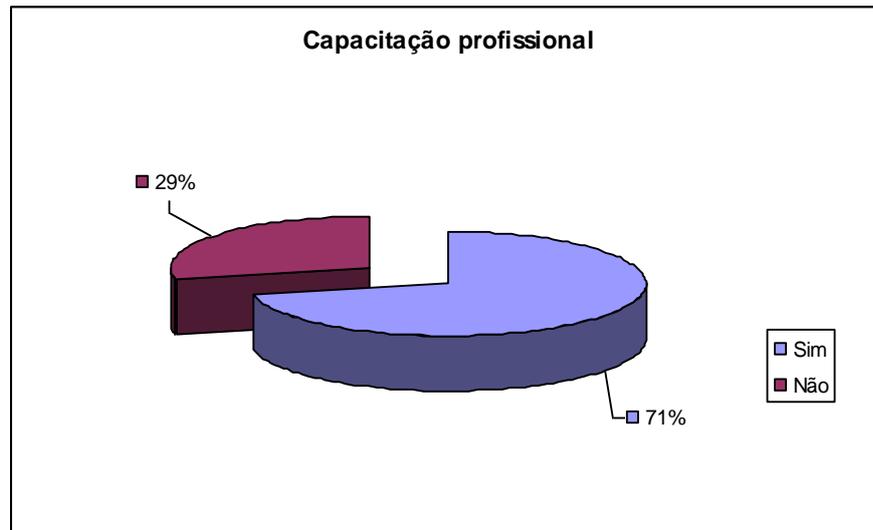


Gráfico 6 – Capacitação Profissional

Fonte: Pesquisa realizada entre os meses de junho a novembro de 2012, com os egressos do sistema penitenciário que participaram do Projeto Agência da Cidadania, em 2010, no Banco da Providência.

Os dados revelam que a capacitação profissional foi uma escolha da maioria dos entrevistados (71%). Em se tratando de egressos do sistema penitenciário e também da atual tendência do mercado de trabalho, a capacitação profissional vem se colocando com destaque para os que desejam ingressar nesse mercado.

No sentido de atribuir maior clareza à questão da capacitação profissional, enfatizamos que a Agência da Cidadania tem como meta inserir os participantes em cursos de capacitação para o trabalho e oportunidades de emprego em vagas captadas com Empresas Parceiras da Empregabilidade. Entretanto, a capacitação profissional é uma escolha dos egressos, após sua participação nos cursos de Formação para o Mundo do Trabalho.

Durante o curso, a equipe técnica trabalha o fortalecimento da autoestima, o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias ao trabalho em equipe, cooperação e ética. São enfatizadas, também, a valorização da comunicação positiva no mundo do trabalho, valorização da família e os cuidados com a saúde, com foco na dependência química. Ao final do curso os egressos fazem um Plano

de Atitudes com a identificação de seus sonhos, habilidades e potencialidades para retornarem ao trabalho. A partir daí são encaminhados para a Agência de Capacitação ou Agência de Empregos. A finalização deste processo ocorre com a inclusão no emprego.

No que se refere à capacitação profissional após o desligamento do programa, a pesquisa encontrou os seguintes dados: 68% (19) dos entrevistados não participaram de outros cursos após o desligamento do programa; e 32% (09) buscaram outros cursos de capacitação, conforme gráfico 7.

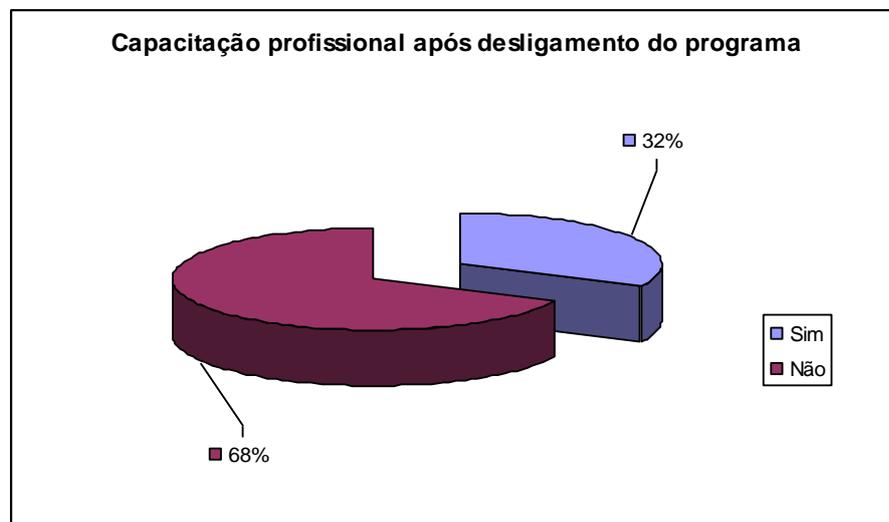


Gráfico 7 – Capacitação profissional após desligamento do programa

Fonte: Pesquisa realizada entre os meses de junho a novembro de 2012, com os egressos do sistema penitenciário que participaram do Projeto Agência da Cidadania, em 2010, no Banco da Providência.

Neste dado, observa-se uma relevância para a não participação em outros cursos de capacitação profissional após o desligamento do programa. Avaliamos que esse dado pode sugerir a pouca expressividade de programas e serviços destinados a esse segmento social, seja sob a responsabilidade do Estado ou da sociedade civil organizada. Enfatizamos mais uma vez, que a importância da capacitação profissional para a vida das pessoas encontra-se na possibilidade de acesso às oportunidades de trabalho, que por sua vez, têm suas características modificadas a cada dia em função das mudanças nos processos de produção social.

4.4 Inserção dos egressos no mercado de trabalho

Neste item, buscamos examinar as variáveis que compõem a inserção dos entrevistados no mercado de trabalho. Por isso, definimos como variáveis para essa questão a atual situação de trabalho e renda dos entrevistados.

4.4.1 Situação de trabalho

Em um primeiro momento, analisamos o trabalho a partir de quatro variáveis, a saber: trabalho formal; emprego legal¹⁹; trabalho informal e desempregado. Nesta pesquisa foi identificado o seguinte quadro: No gráfico 8, observamos que, do total de entrevistados, 31% (09) estão inseridos no trabalho informal; 29% (08) estão no trabalho formal; 29% (08) encontram-se desempregados; e 11% (03) estão inseridos no trabalho legal.

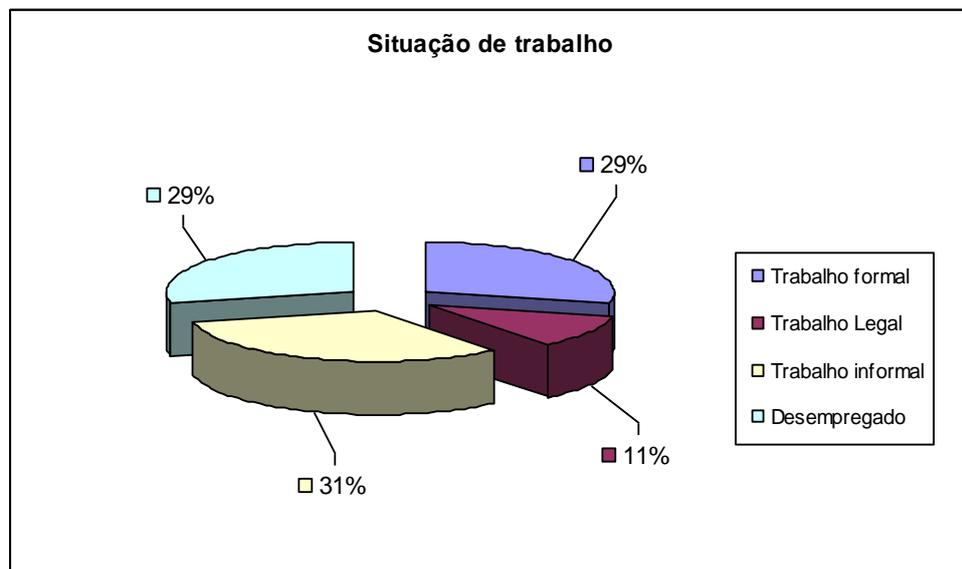


Gráfico 8 – Situação de trabalho

Fonte: Pesquisa realizada entre os meses de junho a novembro de 2012, com os egressos do sistema penitenciário que participaram do Projeto Agência da Cidadania, em 2010, no Banco da Providência.

¹⁹ Entende-se por “emprego legal” o tipo de geração de renda sustentável, onde existe a configuração de trabalho formal (carga horária, remuneração, descanso remunerado...), porém é feito um contrato de trabalho, como é o caso da parceria com a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) e de cooperativas. A renda mensal atual é de 1 a 2 salários mínimos.

Ao desmembrar a análise para o total de pessoas (11) que estão em situação de trabalho formal (8) e emprego legal (3), encontramos a seguinte configuração: 37% (04) permanecem empregados através do Banco da Providência; 37% (04) dos entrevistados mudaram de emprego por conta própria; e 26% (03) conquistaram uma vaga no mercado de trabalho por conta própria, conforme ilustração no gráfico 9.

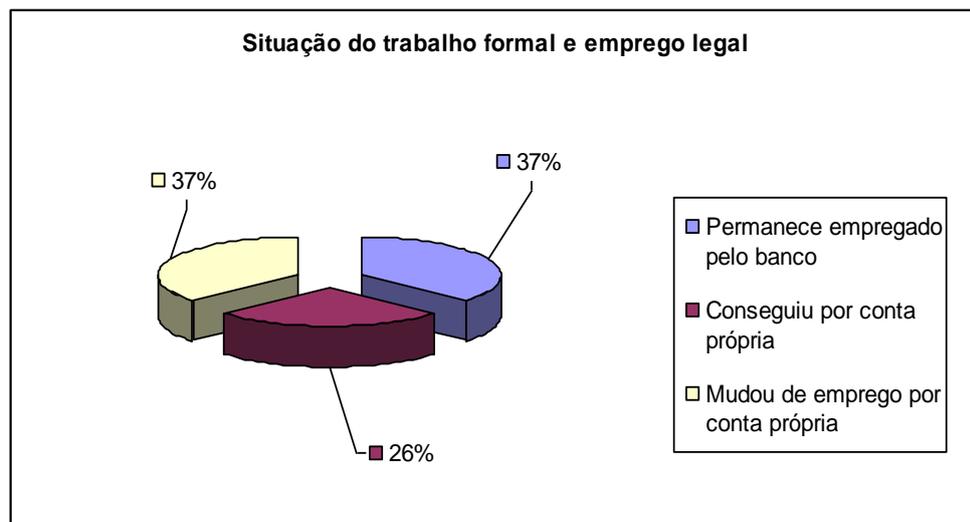


Gráfico 9 – Situação do trabalho formal e emprego legal

Fonte: Pesquisa realizada entre os meses de junho a novembro de 2012, com os egressos do sistema penitenciário que participaram do Projeto Agência da Cidadania, em 2010, no Banco da Providência.

A elaboração de trabalho é um dos fatores mais importantes no processo de reinserção social. Seja no trabalho formal ou autônomo. “O trabalho é atividade vital para a existência humana, atividade que a constitui e a caracteriza, fonte de satisfação das necessidades do ser humano e a sua possibilidade histórica” (FORTI, 2005, p. 1). Em outras palavras, o trabalho na vida humana tem uma posição central, pois a partir dele o homem pode prover a sua sobrevivência e a de sua família.

4.4.2 Renda mensal

A renda mensal obtida através do trabalho do entrevistado será analisada sob dois enfoques, a saber: trabalho formal e emprego legal e trabalho informal. Sobre o primeiro enfoque – trabalho formal e emprego legal – os dados obtidos mostram a

seguinte configuração, de acordo com a tabela 5: 73% (08) dos entrevistados possuem renda mensal acima de 1 a 2 salários mínimos; 9% (01) possuem renda mensal entre 2 ½ a 3 salários mínimos; 9% (01) possuem renda mensal acima de 3 ½ salários mínimos; e 9% (01) não responderam.

RENDA MENSAL	ABS	(%)
Acima de 1 sm a 2 sm	8	73
De 2 ½ a 3 sm	1	9
Acima de 3 ½ sm	1	9
Não respondeu	1	9
Total	11	100

Tabela 5 – Renda mensal do trabalho formal e emprego legal

Fonte: Pesquisa realizada entre os meses de junho a novembro de 2012, com os egressos do sistema penitenciário que participaram do Projeto Agência da Cidadania, em 2010, no Banco da Providência.

No que se refere ao segundo enfoque – trabalho informal – a pesquisa identificou que 33% (03) dos entrevistados possuem uma renda mensal menor que 1 salário mínimo; 23% (02) possuem renda mensal entre 1 a 2 salários mínimos; 33% (03) possuem renda mensal entre 2 ½ a 3 salários mínimos; e 11% (01) possuem renda mensal acima de 3 ½ salários mínimos. Os dados estão ilustrados na tabela 6.

RENDA MENSAL	ABS	(%)
Menor que 1 sm	3	33
De 1 a 2 sm	2	23
De 2 ½ a 3 sm	3	33
Acima de 3 ½ sm	1	11
Total	9	100

Tabela 6 – Renda mensal do trabalho informal

Fonte: Pesquisa realizada entre os meses de junho a novembro de 2012, com os egressos do sistema penitenciário que participaram do Projeto Agência da Cidadania, em 2010, no Banco da Providência.

Nas maiores regiões metropolitanas do Brasil, o emprego informal tira mais pessoas da pobreza do que o emprego formal, afirma um estudo publicado pelo Centro Internacional de Pobreza, um instituto de pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada (IPEA). O documento indica, porém, que o trabalhador com carteira registrada tem menor chance de entrar na pobreza.

Neste mercado informal, registramos, através dos dados obtidos que os entrevistados desenvolvem atividades tais como: auxiliar de limpeza, corte e costura, encarregado de obras, educador, vendedor, vendedor de pizzas, colocação de persianas, corretor de seguros e entregador de quentinhas.

Avaliamos que esse setor econômico teve um crescimento muito grande nos últimos anos em razão do aumento da taxa de desemprego em diversos países, sendo, portanto, reflexos de uma economia globalizada.

4.4.3 Desemprego

Nos dados sobre a situação de trabalho expostos no gráfico 8, observou-se que, do total (28) de entrevistados, 29% (08) estão em situação de desemprego. Interessou-nos indagar o que desencadeou o desemprego. Através do gráfico 10, constatou-se que 50% (04) foram demitidos; e 50% (04) pediram demissão do emprego.



Gráfico 10 – Situação do desemprego

Fonte: Pesquisa realizada entre os meses de junho a novembro de 2012, com os egressos do sistema penitenciário que participaram do Projeto Agência da Cidadania, em 2010, no Banco da Providência.

No próximo gráfico (11), mostramos a situação da renda mensal dos desempregados. Vimos, através dos dados obtidos, que 50% (04) não possuem renda mensal; e os demais 50% possuem renda mensal.

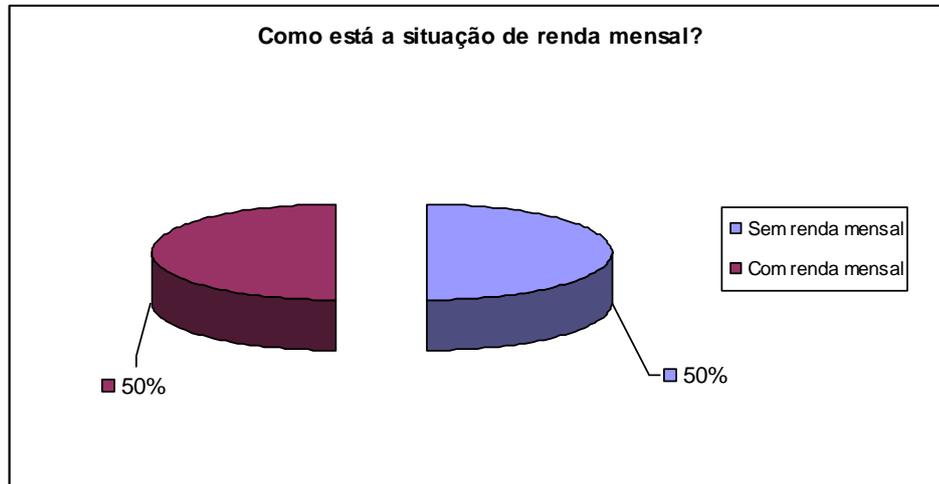


Gráfico 11 – Situação da renda mensal dos desempregados

Fonte: Pesquisa realizada entre os meses de junho a novembro de 2012, com os egressos do sistema penitenciário que participaram do Projeto Agência da Cidadania, em 2010, no Banco da Providência.

A renda mensal dos 50% dos entrevistados é obtida através de biscates tais como carpinteiro, pedreiro e *Office boy*, com renda de até 1 salário mínimo.

O desemprego é, sem dúvida, um dos grandes problemas desse século, especialmente com o incremento da globalização. A falta de trabalho atinge o estado, o trabalhador e sua família. Segundo a Organização Mundial do Trabalho (OIT), no início dessa década, existiam aproximadamente 250 milhões de desempregados no mundo, que respondem por cerca de 10% da força de trabalho. Estes desempregados procuram nos biscates, alternativas para sua subsistência e de sua família – são os chamados subempregos.

4.5 Avaliação da Agência da Cidadania

Ao realizar a pesquisa com os egressos do sistema penitenciário que participaram do Projeto Agência da Cidadania em 2010, consideramos de suma importância conhecer a avaliação dos participantes sobre a sua inserção no programa. Este item será analisado sob o enfoque da análise qualitativa, pois as respostas abrangem o universo dos significados, traduzidos através da linguagem.

As duas primeiras questões, que envolvem a avaliação sobre o impacto do Curso de Formação para o Mundo do Trabalho em suas vidas, foram extraídas de depoimentos obtidos no encerramento do curso, ou seja, trata-se de registros de algumas narrativas dos entrevistados sobre a sua participação. A partir disso, elaboramos a questão apresentando várias alternativas que poderiam ter mais de uma resposta.

Na tabela 7, mostramos a frequência de respostas para a seguinte questão: em que o Curso de Formação para o Mundo do Trabalho, te ajudou?

Depoimentos obtidos no encerramento do Curso	Frequência
Apreendi que meu passado não significa minha personalidade no futuro	18
Incentivo a lutar pelos sonhos	22
Descobri algo que fortaleceu minha autoestima	18
Qualidade de vida melhor para meus filhos	14
Oportunidade de me recuperar conjugalmente	10
Voltei a ter sonhos para proporcionar uma vida melhor aos familiares	17
Oportunidade de qualificação	16
Oportunidade de emprego	15
Segurança na hora da entrevista	16
Vontade de trabalhar, ter a carteira assinada	13

Tabela 7 – Avaliação do Projeto Agência da Cidadania (1)

Fonte: Pesquisa realizada entre os meses de junho a novembro de 2012, com os egressos do sistema penitenciário que participaram do Projeto Agência da Cidadania, em 2010, no Banco da Providência.

Através da Rede de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário (RAESP), com o propósito de assegurar e afirmar os direitos sociais do egresso do sistema penitenciário, o Banco da Providência busca parcerias na captação de vagas de trabalho, de qualificação profissional e para o aumento de escolaridade. Na próxima tabela (8), apresentamos as respostas dos entrevistados sobre a avaliação do trabalho realizado pelo Banco da Providência.

Depoimentos obtidos no encerramento do Curso	Frequência
Outro lugar mais acessível para a qualificação profissional	01
Auxílio de transporte no 1º mês de trabalho	01
Apoio psicológico	01
Mais empresas parceiras	09
Cursos nas áreas de soldagem, petróleo e gás	02
Investir no empreendedorismo para egressos	02
Duração maior do curso de formação	01
Não precisa mudar nada	04
Não opinaram	05
Mais divulgação. Já na saída do presídio	01

Tabela 8 – Avaliação do Projeto Agência da Cidadania (2)

Fonte: Pesquisa realizada entre os meses de junho a novembro de 2012, com os egressos do sistema penitenciário que participaram do Projeto Agência da Cidadania, em 2010, no Banco da Providência.

E, finalmente, sobre a avaliação da equipe de trabalho, os entrevistados avaliaram de forma bastante positiva o trabalho desenvolvido nesta instituição.

Dentre algumas respostas, podemos destacar:

- *A equipe recebeu com carinho, sem preconceito.*
- *Encontrei aqui no curso, carinho, força e dignidade.*
- *O curso foi completo. Excelente trabalho feito pela equipe. Tive apoio em tudo que precisei: incentivo e orientação.*
- *A equipe é simpática, atenciosa, sem preconceito.*
- *Todos são ótimos. Muito obrigado pela ajuda de vocês.*

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, tivemos como objetivo central avaliar a atual situação de 40 egressos do sistema penitenciário incluídos socialmente no ano de 2010, por meio da Agência da Cidadania, e constatar a contribuição do Banco da Providência na relação entre as ações de capacitação para o trabalho desenvolvidas na instituição e a inserção do egresso do sistema penitenciário no mercado de trabalho.

Consideramos, assim e de forma especial, responder às questões que são formuladas ao Banco da Providência sobre os resultados de seu projeto com egressos do sistema penitenciário. Assumimos o risco de, formulando este objetivo de estudo, fortalecermos o equívoco sobre a essência da ação do Banco da Providência. Aqui se configura um quadro bem distinto: o trabalho que desenvolvemos acontece na relação que se estabelece entre as pessoas que buscam capacitação e os agentes da capacitação. Contribuir por meio de um processo qualificado para as pessoas desenvolverem habilidades e se tornarem protagonistas em suas vidas é, isto sim, a missão do Banco da Providência!

Na verdade, o que é necessário saber é o uso efetivo que as pessoas fazem da capacitação, como utilizam os estoques de conhecimentos adquiridos para melhorarem as condições de complexidade de suas vidas; que estratégias conseguem criar para sobreviver em um país em que, apesar de todos os esforços empregados pelas políticas públicas, permanece como um dos países mais desiguais do mundo, reforçando a tese de um dos nossos Presidentes da República: “O Brasil não é um país pobre; o Brasil é um país desigual”.

A grande inspiração para o nome Agência da Cidadania vem do compromisso do Banco da Providência em poder influir, profundamente, na oportunidade de capacitação, originando novas competências para o egresso do sistema penitenciário na reinserção na sociedade.

Tratar a cidadania é tratar o modo como se consegue ampliar as conquistas dos direitos humanos e de como se consegue agir para inserir estes direitos nos marcos regulatórios legais da sociedade, em especial, na Constituição. Cidadania se exerce em um contexto de possibilidades para a conquista de direitos humanos. Representa as oportunidades que as pessoas têm de usufruir dos direitos disponíveis.

A ênfase dada ao binômio capacitação x colocação no mercado de trabalho deixa de lado outros elementos relevantes neste processo. Especialmente a falta de oportunidades para os que chegam à idade de ingressar no mercado de trabalho e apresentam baixa qualidade de escolarização. Identificamos que 47% dos egressos atendidos no programa possuem o Ensino Fundamental Incompleto.

“A economia do Rio não é especialmente voltada para o pobre” – disse Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, pois, “a expansão econômica se dá em segmentos com pré-sal”. O que exige bom nível de escolaridade. “Alguns polos industriais e olimpíadas, projetos como Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) e Morar Carioca, podem fazer reduzir estas distâncias. E assim existe uma tendência de queda na desigualdade no mercado de trabalho”.

As razões do desemprego, então, não são do domínio do Banco da Providência. O que faz o Banco da Providência é articular a oferta de emprego existente na sociedade com a mão de obra capacitada pelo próprio Banco. Gera oportunidades. Promove cidadania.

Evidentemente, temos resultados para socializar. Bons resultados que nos estimulam especialmente na medida em que consultando a bibliografia sobre trabalhos com egressos do sistema penitenciário é possível perceber a importância do desenvolvimento de habilidades pessoais e competências profissionais como condições que possibilitam as pessoas permanecerem fora do mundo do crime.

A revisão da bibliografia (Madeira. 2008) mostra que 70% dos apenados em regime fechado voltam a praticar crimes após o cumprimento de suas penas. Isto se dá segundo o que está posto no estudo, em consequência da falência da prisão.

O acesso dos egressos a programas de capacitação para o trabalho deve ser priorizado. O fortalecimento de programas de pleno desenvolvimento humano, que visem à construção do auto-respeito e da autodeterminação, como primeiro passo no exercício da cidadania, pode criar condições para diminuir a reincidência no crime.

Considerando-se o retrato social a partir do estudo realizado pelo Banco da Providência, com 40 egressos capacitados em 2010, pode-se dizer que o padrão de vida dos egressos capacitados é compatível com resultados satisfatórios.

O primeiro fato para o qual queremos chamar a atenção refere-se ao quantitativo de alunos que foram acessados em seus locais de moradia e/ou trabalho em um intervalo de dois (02) anos, após sua passagem pelo Banco da

Providência: de 40 egressos capacitados foi estabelecido contato com 28 deles, ou 70 % do universo da pesquisa.

O foco voltado para as competências desenvolvidas mostra que 96% não são reincidentes no crime.

Queremos destacar a permanência desses trabalhadores capacitados no mercado de trabalho, sendo que 29% no mercado formal, 11% no trabalho legal (já explicitado no estudo), 31% no trabalho informal. Em relação aos que estão desempregados (29%) temos a metade trabalhando em biscates. Para além deste fato importante em um país que tem uma das maiores taxas de reincidência prisional do mundo, queremos focar nossa análise no que é específico ao Banco da Providência: “gerar oportunidade para o fortalecimento do capital humano; promover um estoque de conhecimentos que as pessoas utilizarão de maneira diferenciada em situações típicas da complexidade de suas vidas”.

Assim, ressaltamos que os egressos que de uma forma ou outra “perderam seus empregos” procuraram outros trabalhos por conta própria, o que pode indicar a sustentabilidade da formação recebida. Vejamos os dados: temos que 37% permanecem, desde 2010, no mesmo emprego obtido por meio do Banco da Providência. Entre os que mudaram de emprego por conta própria temos 37%. Já aqueles que quando desempregados acessaram uma nova vaga, somaram 26%.

As atitudes respeitadas de como os alunos se referem ao trabalho da Agência da Cidadania, a partir de seus testemunhos diretos e análises de conteúdos, apoiados em requisitos da pesquisa qualitativa, mostram que é possível transformar experiências dolorosas em oportunidades de desenvolvimento humano. Desde que não se aprisionem as pessoas através de um rótulo – os egressos do sistema penitenciário – mas que sejam considerados em um nível de respeito aos direitos humanos. A questão mais importante em uma metodologia que visa ao desenvolvimento integral e que pode influenciar a permanência no crime ou a construção de um novo projeto de vida é a relação que se estabelece entre as pessoas. E para acontecer uma relação de transformação necessita competência.

Este estudo é ao mesmo tempo um convite. Um convite que lança luz sobre a exclusão social do egresso do sistema penitenciário e um desafio: o que podemos fazer para que a sociedade, o sistema penitenciário como política pública e as instituições da sociedade civil desenvolvam suas capacidades e contribuam para o desenvolvimento das capacidades do egresso. Os resultados permitiram, sobretudo

consolidar dados para responder à hipótese inicial avaliada no estudo, a de que a metodologia de trabalho do Banco da Providência colabora para gerar oportunidades do egresso do sistema penitenciário se inserir no mercado de trabalho, gerando, igualmente, melhores condições para reduzir a reincidência prisional.

O Banco da Providência tem experiência e quer contribuir para tornar as ações de promoção do egresso do Sistema Penitenciário permeadas de valores que conduzam ao mundo humano e fraterno.

Há uma complexidade de situações que envolvem a questão do egresso do sistema penitenciário. Não foi nosso objetivo abranger a todas neste estudo. É importante indicar que a parceria de complementaridade entre o PETRES e o Banco da Providência PETRES nos indicou "caminhos para o futuro", como foram apontados pela Professora Doutora Rose Serra.

Os desafios apontados pelo PETRES nos colocaram de frente a outros aspectos, que podem estar relacionados a estudar algumas das variáveis que compõem a abordagem deste tema e como condicionam o regresso e /ou a inserção no mercado de trabalho. Assim, temos ainda a estudar: 1) O número de anos passados na prisão e os condicionantes para a inserção no mercado de trabalho; 2) O nível de escolaridade, as influências para o retorno ao trabalho; o tipo de oportunidade oferecido para o retorno; 3) A questão de gênero; 4) O preconceito pela cor; 5) O tipo de crime cometido.

Temos, ainda, que considerar a representatividade da amostra construída para qualquer estudo e as exigências para compor uma amostra relevante, que contemple o maior número de características possível do perfil do universo que se pretende estudar. O período de tempo investigado e a consequente amostra definidos neste trabalho, poderiam ter sido mais amplos, mas as condições objetivas institucionais para tal não o permitiram. Nos próximos estudos, seguramente teremos melhores condições para definições e desenvolvimento metodológico.

Continuar os estudos é nosso compromisso, sobretudo, pelo importante apoio recebido do PETRES e que se colocou disponível a nos orientar na continuidade de outros trabalhos, e de novas contribuições na abordagem da problemática do egresso do sistema penitenciário, de interesse de diferentes segmentos da sociedade envolvidos com essa relevante questão.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada In: *Sociedade e Estado*. Revista semestral de Sociologia, UnB, Volume X, Número 2, julho-dezembro 1995.

ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana. *Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo: 1974 a 1985*. RBCS, São Paulo, v.9, n. 3, p. 70 – 94, fev. 1986.

AGÊNCIA BRASIL – Índices de reincidência no Brasil é um dos maiores do mundo, diz Peluso In: *Última Instância*, 2011, [online]. Disponível em: <http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/53005/indice+de+reincidencia+no+brasil+e+um+dos+maiores+do+mundo+diz+peluso.shtml>. Acesso em 12/01/2013.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família In: SALES, Mione Apolinario *et.al.* (Orgs). *Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

ASSIS, Rafael Damaceno de. A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro In: *Revista CEJ*, Brasília, Ano XI, n. 39, p. 74-48, out./dez.2007. Disponível em: <http://www.cjf.jus.br/revista/numero39/artigo09.pdf>. Acesso em 10/01/2013.

BRASIL – *Política Nacional de Assistência Social* – Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, DF, 2004.

BRASIL – Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. *CPI Sistema Carcerário*. Brasília, Câmara dos Deputados, Edição Câmara, 2009, 620p.

BRASIL – *Formulário Categoria e Indicadores preenchidos – Todas UFs* Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Sistema Integrado de Informações Penitenciárias. Referência 12/2011. Publicado em 04/04/2012. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BD574E9CE-3C7D-437A-A5B622166AD2E896%7D&Team=¶ms=itemID=%7BC37B2AE9-4C68-4006-8B1624D28407509C%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>. Acesso em 02/11/2012.

FALCÃO, Maria do Carmo Brant Carvalho. *Serviço Social: uma nova visão teórica*. 3ª edição, São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FORTI, Valéria L. Ética e Serviço Social In *Caderno Especial*, nº 27, nov./dez. de 2005. Disponível em: <http://www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/cadespecial27.pdf>. Acesso em 23/09/2012.

FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhe. 36. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 8ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FUNDAÇÃO SANTA CABRINI. Disponível em: <http://www.santacabrini.rj.gov.br/>. Acesso em 17/01/2013.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa In: MINAYO, Maria Cecília de Souza et. al. (orgs.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 23ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ILANUD – *Avaliação do atendimento à população egressa do sistema penitenciário do estado de São Paulo*. São Paulo, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 12/11/2012.

INSTITUTO HARTMANN REGUEIRA. *Programa de Desenvolvimento em Gestão (PDG)*. Disponível em: <http://institutohr.org.br/pdg2012/premios/>. Acesso em 10/01/2013.

LOUREIRO, André Oliveira; CARVALHO, José Raimundo. O impacto dos gastos públicos sobre a criminalidade no Brasil In: HERMANNNS, Klaus; ARRAES, Ronaldo A (orgs.). *Desigualdades e políticas regionais*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2007.

MADEIRA, Ligia Mori. *Trajetórias de homens infames: políticas públicas penais e programas de apoio a egressos do sistema penitenciário no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora, ano XVIII, n. 55, nov. / fev.1997.

NASCIMENTO, Terezinha. *A Trajetória e as Histórias de 50 Anos do Banco da Providência*, Rio de Janeiro: Banco da Providência, 2009.

OLIVEIRA, Cristiano Aguiar de. Criminalidade e o tamanho das cidades brasileiras: um enfoque da economia do crime In: *Texto para Discussão*, nº 14, Universidade de Passo Fundo, 2005. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A152.pdf>. Acesso em 20/10/2012.

PAIVA, Ângela Randolpho. *Católico, protestante, cidadão: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos*. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <http://www.bvce.org/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=134>. Acesso em 07/01/2013.

PEREGRINO, Fernando Otávio Freitas (org.). *IDH Bússola: estabelecendo prioridades em políticas públicas através de indicadores de desenvolvimento humano*. Rio de Janeiro: Litteris, 2001.

PIRES, Armando de Azevedo Caldeira; GATTI, Thérèse Hoffman. A reinserção social e os egressos do sistema prisional por meio de políticas públicas, da educação, do trabalho e da comunidade In: *Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 2, abr./set. 2006, p. 58-65.

REIS, Marisol de Paula. *De volta ao exílio: as representações sociais da reincidência penitenciária*. Dissertação (Mestrado) Brasília: Unb, 2001.

SERRA, Rose Mary Sousa. *O Serviço Social e os seus Empregadores. O Mercado de Trabalho nos Órgãos Públicos, Empresas e Entidades Sem Fins Lucrativos no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Serviço Social, 1998.

SILVA, Maria Jacinta da. Família e Política de Assistência Social: o debate entre a provisão dos mínimos sociais e as necessidades básicas In: *III Jornada Internacional de Políticas Públicas: questão social e desenvolvimento no século XXI*. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

SPOSATI, Aldaiza. Pobreza e desigualdade no século do desperdício In: *Inclusão social: Enfrentamento da Pobreza e das Desigualdades Sociais – 32ª Conferência Internacional de Bem-Estar Social*. CBCISS, Brasília, 16 a 20 de julho de 2006.

STOER, Stephen R. *Os lugares da exclusão social: um dispositivo de diferenciação pedagógica*. São Paulo: Cortez, 2004.

Sites consultados:

<http://www.cnj.jus.br/>. Acesso em janeiro de 2013.

<http://portal.mj.gov.br/>. Acesso em janeiro de 2013.

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO PESQUISA DE PÓS-INCLUSÃO

1) Dados Pessoais:

Nome: _____

Idade: _____

Bairro: _____

Sexo: () feminino () masculino

2) Situação familiar:

Atualmente você mora com quem? _____

Quantas pessoas residem com você? _____

3) Renda Mensal Familiar: _____

4) Escolaridade:

() Ensino fundamental incompleto

() Ensino fundamental completo

() Ensino Médio incompleto

() Ensino Médio completo

() Ensino superior incompleto

() Ensino superior completo

() Outros. Qual? _____

5) Como chegou ao Banco da Providência? _____

6) Capacitação:

Curso de capacitação profissional no Banco da Providência: _____

7) Você fez outros cursos de capacitação depois que se desligou do Banco da Providência?

() Sim () Não

8) Caso tenha feito outros cursos, qual (ais)? _____

Local (ais) de realização do(s) curso(s): _____

9) Trabalho:

Se você está trabalhando, em que situação de trabalho você está?

Emprego Formal **Emprego Legal (CEDAE, Cooperativas...)**

Permanece empregado pelo Banco

Conseguiu por conta própria na época do curso

Mudou de emprego por conta própria. Trabalha por conta própria

Outros: _____

Renda atual: _____

Emprego Informal

Se você está trabalhando, no mercado informal, qual é a sua renda?

Qual ocupação? _____

Renda atual: _____

10) Desempregado:

Se você está desempregado, o que foi que aconteceu?

Foi demitido

Não se adaptou – pediu demissão

Foi desligado por motivo justo

Se você está desempregado, como está a sua renda?

Desempregado sem renda

Desempregado com renda

Tipo de renda

Biscate Qual? _____

Benefícios Qual? _____

Contribuição de outros Qual? _____

Valores: _____

11) Em que o Curso de Formação para o Mundo do Trabalho, te ajudou? (pode marcar mais de uma resposta):

Aprendi que meu passado não significa minha personalidade no futuro.

- () Incentivo a lutar pelos sonhos.
- () Descobri algo que fortaleceu minha autoestima.
- () Qualidade de vida melhor para meus filhos.
- () Oportunidade de me recuperar conjugalmente com minha família
- () Voltei a ter sonhos para proporcionar uma vida melhor aos familiares.
- () Oportunidade de qualificação.
- () Oportunidade de emprego.
- () Segurança na hora da entrevista.
- () Vontade de trabalhar, ter a carteira assinada.

Outros: _____

12) Na sua opinião, o que mais poderia ser acrescentado ao trabalho que o Banco da Providência desenvolve com vocês? O que poderia ter feito para que você pudesse ser ainda mais bem sucedido? _____

ANEXO 2 – CONVITE

Encontro de ex-alunos

Agência da Cidadania

O Banco da Providência convida você para participar do café da manhã dos trabalhadores. Será um encontro dos ex-alunos do Curso de Preparação para o Mundo do Trabalho e uma oportunidade para você:

- Rever os amigos da turma;
- Encontrar a equipe do Banco da Providência
- Ter informações de vaga para emprego

Músicas
Sorteio de Brindes
Caricaturas

Sábado, dia 02/06 às 9h
Local:
Sede do Banco da Providência
Av. República do Chile
(Subsolo da Catedral Metropolitana)

Por favor, confirme sua presença pelos telefones 3257.2721/3257.2754 ou para cidadania@providencia.org.br

Realização:



Banco da Providência

